



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO-PPG
ÓRGÃO DE EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICAS COM ÊNFASE EM
CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE-
PPGREC**

CAIO CÉSAR GONÇALVES DE SOUZA

**“O MOCAMBO ODARA E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO DECRETO
Nº 8.559/2006, QUE TRATA DA DISCIPLINA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
DESCENDENTES, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA”.**

**JEQUIÉ
2018**

CAIO CÉSAR GONÇALVES DE SOUZA

“O MOCAMBO ODARA E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO DECRETO Nº 8.559/2006, QUE TRATA DA DISCIPLINA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-DESCENDENTES, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA”.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade como requisito para obtenção do título de Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Ana Angélica Leal Barbosa.

**JEQUIÉ
2018**

S729m Souza, Caio César Gonçalves de.

“O Mocambo Odara e o processo de implantação do Decreto nº 8.559/2006, que trata da disciplina história e cultura afro-descendentes, no município de Jequié/Ba” / Caio César Gonçalves de Souza.- Jequié, 2019.

86f.

(Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Ana Angélica Leal Barbosa)

Rafaella Cândia Portela de Sousa - CRB 5/1710. Bibliotecária – UESB - Jequié

CAIO CÉSAR GONÇALVES DE SOUZA

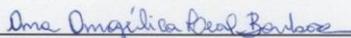
**“O MOCAMBO ODARA E O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DO DECRETO
Nº 8.559/2006, QUE TRATA DA DISCIPLINA HISTÓRIA E CULTURA AFRO-
DESCENDENTES, NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ/BA”.**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação, em Nível de Mestrado Acadêmico, em Relações Étnicas e Contemporaneidade- PPGREC, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB, Campus de Jequié.

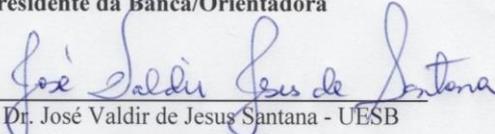
Linha de Pesquisa 1: **Etnicidade, Memória e Educação**

Aprovado em: 17/12/2018.

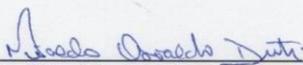
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Ana Angélica Leal Barbosa – UESB
Presidente da Banca/Orientadora



Prof. Dr. José Valdir de Jesus Santana - UESB
Examinador



Prof. Dr. Nivaldo Osvaldo Dutra - UNEB
Examinador

**JEQUIÉ
2018**

Dedico este trabalho à minha mãe, Aracélia, e ao meu pai, Uberlândio, por nos ensinar desde novos o valor da educação emancipadora e libertária. Aos meus irmãos Marcel e Luan, companheiros de vida e de luta social. Por fim, e tão quão importante, minha companheira para toda uma vida, Rose Nascimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus sagrados, por terem me dado forças para concluir esta pesquisa diante de tantos obstáculos que surgiram nesse caminhar.

A minha mãe Aracélia e ao meu pai Uberlândio, por nos ensinar desde novos o valor da educação emancipadora e libertária; a importância de fazer da nossa vida um espaço coletivo e acolhedor para todas e todos que de nós necessitam. Amo vocês!

Aos meus irmãos Marcel e Luan, companheiros de vida e de luta social, de brincadeira lá atrás, de risos e lágrimas, angústias e realizações. Vocês estarão sempre comigo, ao meu lado minha companheira para toda uma vida, Rose Nascimento. Desfrutar até aqui desses anos ao seu lado, me faz perceber a importância que a educação e a luta social e comunitária são importantes para nos formarmos como seres críticos e engajados socialmente; além claro, de nos unirmos ainda mais como casal sonhador. “Te amo”.

Ana Angélica Leal Barbosa, minha querida orientadora, por ter me encaminhado muito bem nos caminhos da pesquisa científica, ainda novos para mim. Levarei seus ensinamentos, cadência, humanidade e fraternidade para com todos, por onde eu caminhar.

Aos colegas e funcionários do PPGREC pelas trocas de experiências, afetos, risadas, choros e muita superação para todos/as nós.

Aos/as professores/as do Programa pelas importantes contribuições durante as disciplinas, no momento da qualificação e até a minha defesa.

Aos professores Nivaldo Osvaldo Dutra e José Valdir pelas importantes e impecáveis contribuições na qualificação.

A todos os sujeitos de pesquisa, professores, ativistas anti-racista e seres humanos valiosíssimos, que doaram um pouco de si para contribuir na emancipação de uma população historicamente marginalizada, e que, na academia e nas ruas, fazem um importante papel social em Jequié e região. Muito obrigado pela paciência e solidariedade comigo neste período de pesquisa.

Aos meus/minhas amigos/as de caminhada, de amizade sincera e companheirismo: Paula Monique, Pé Roxo, Noélia, Vera, Lelito, Ebenildo, Vagner,

Isaac Cunha, Ana Caíres, Tais, Zé Carlos (Hermético), Denise e tantos/as outros companheiros que no dia a dia de nossas lutas, me ofereceu apoio e solidariedade pelos afastamentos e entregas parciais com aquilo que é tão caro para cada um de nós.

Ter vocês em minha vida pessoal e acadêmica possibilitou um achado em mim mesmo, em minhas angústias, desejos, dúvidas e certezas. A cada dia menos certezas me vem à cabeça, e, mais dúvidas sobre o mundo e seus fenômenos surgem. Com isso, mais vontade de embarcar nesse mundo científico, popular, político e intrigante, me dar.

Sou muito grato a todas e todos vocês!

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo investigar as relações étnico-raciais existentes no Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, durante a implantação da disciplina de História e Cultura Afrodescendente na rede de ensino de Jequié, via Decreto Municipal Nº 8.559/2006; e compreender como se deu a participação do movimento negro Mocambo Odara nos aspectos políticos e pedagógicos neste processo de implantação e implementação desta política pública educacional. Para tanto, teve como lócus de investigação a cidade de Jequié, Estado da Bahia. A investigação utilizou como suporte a abordagem qualitativa, com utilização de técnicas de entrevistas semiestruturadas e análises de documentos. O/as colaborador/as da pesquisa foram dois membros do movimento negro Mocambo Odara, a coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana e a secretária de Educação do município, as duas últimas nas funções durante o ano de 2006. A disciplina que coloca em prática a Lei Federal Nº 10.639 de 2003 foi proposta por um Decreto Municipal que instituiu o Programa Municipal de Educação para a Diversidade Cultural e Étnico Racial e, com este, a criação do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, que cumpre o papel de aglutinar representações da sociedade civil e do poder público municipal para debates, formulações de materiais didáticos e paradidáticos, além de acompanhar e avaliar a aplicação da disciplina História e Cultura Afrodescendentes na rede Municipal de ensino.

Palavras-chave:

História e Cultura Afro descendente; Movimento Negro Mocambo Odara, Lei Federal 10.639 de 2003; Decreto Municipal Nº 8.559/2006

ABSTRACT

The present dissertation has as an objective to investigate the ethical-racial relations existin at a Study Center for AfricanBrazilian Culture and History during the implantation of the afrodescendant history subject in theJequie education network, via Decree Municipal law Nº 8.559/2006.; and tounder stand how the black movement Mocambo Odara participated in the political and pedagogical aspects of this process to create and implementation of this educational political. To do so, it had as a research locus, also the city of Jequie, state of Bahia. The research used as support qualitative abodord, using semi-structured interview techniques and document analysis. The collaborators of the study were two members of the black movement Mocambo Odara, the coordinator of the Nucleus of Study Center for Afro-Brazilian and Aryan history and culture and the Ministry of Education of the municipality, the last two, in the functions during the year 2006. The discipline that puts into practice the Federal Law 10.639 of 2003, was proposed by a Municipal Decreethat instituted the Municipal Education Program for diversity cultural and ethnic-racial relations, and with it, the creation of the Center for Study Center for Afro-Brazilian and African history and culture, which plays the role of bringing together representatives of civil society and municipal public power, for debates, formulations of didactic materials and paradidatics, besides accompanying and evaluating the application of the discipline History and Culture afrodescendant in the municipal network of education.

Keywords: History and Culture afrodescendant; black movement Mocambo Odara; Federal Law 10.639 of 2003; Decree Municipal law Nº 8.559/2006.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 Logomarca do Mocambo Odara.....	39
Imagem 2 Oficina de Trançado Afro. Bairro do Curral Novo, Jequié/BA.....	40
Imagem 3 Circular Afro: Edição de 2014.....	41
Imagem 4 Mini-curso: O Negro no Brasil. Colégio Polivalente, Jequié, BA.....	42
Imagem 5 Circular Afro: Edição 2012.....	45
Imagem 6 Bloco do Mocambo Odara no Desfile de 25 de Outubro, aniversário de Jequié.....	47
Imagem 7 Circular Afro: Edição 2013.....	50
Imagem 8 Circular Afro: Edição 2014.....	55
Imagem 9 Grupo de Dança do Colégio Quilombola Duque de Caxias.....	62

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APN - Agente de Pastoral Negra

CNE - Conselho Nacional de Educação

CP - Conselho Pleno

FNB - Frente Negra Brasileira

TEN - Teatro Experimental do Negro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

MNU - Movimento Negro Unificado

ONG - Organização Não Governamental

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua

PNLD - Plano Nacional do Livro Didático

PPGREC - Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade

SNDH - Nacional de Direitos Humanos

UESB - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	REVISÃO DE LITERATURA.....	18
	2.1 BREVE HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO NEGRA NO BRASIL DESDE A CHEGADA DOS PRIMEIROS AFRICANOS ESCRAVIZADOS AO PAÍS.....	20
	2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO NEGRO	24
	2.3 LEI 10.639/03 E O MOVIMENTO NEGRO.....	30
	2.4 RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS.....	32
	2.5 CAMINHOS METODOLÓGICOS.....	35
	2.6 MOVIMENTO NEGRO MOCAMBO ODARA - HISTÓRIA E ATUAÇÃO.....	38
3	CAMINHOS TEÓRICO-EMPÍRICOS DO MOCAMBO ODARA E O DECRETO Nº 8.559/2006.....	42
	3.1 FALAS E OLHARES DE QUEM CONSTRUIU ESTE MOMENTO.....	55
	3.2 AS RELAÇÕES ÉTNICAS E A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA.....	59
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
	REFERÊNCIAS	
	NOTAS	
	APÊNDICES	

1 INTRODUÇÃO

Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fora mandamento inelutável. Confiamos na idoneidade mental do negro e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida, fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado.

Abdias do Nascimento

O Brasil contava em 2017, segundo o último levantamento realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas) por meio do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua), com 205 milhões de habitantes, dentre os quais, 114,7 milhões autodeclaravam-se negros/as ou pardos/as, totalizando 55,9% da população brasileira.

As origens, as ancestralidades destas populações, estão marcadas no outro lado do Oceano Atlântico, em África. De lá, milhões de africanos/as foram sequestrados/as e trazidos/as em navios negreiros, de onde deixaram para trás, totalmente ou em partes, famílias, reinos e coroas, hábitos, costumes, religiosidades e práticas socioculturais e políticas. Chegaram ao ponto de forçar os/as africanos a circundarem a árvore do esquecimento, para deixar para trás tudo aquilo que eles sabiam nas áreas das artes, da metalurgia, artesanato e de suas referências no campo do sagrado (JEQUIÉ, 2015, p. 145).

Durante os séculos de escravidão oficial no Brasil, os/as negros/as sempre se organizaram para derrubar o regime escravocrata e todas as negatividades que imprimiam na vida daquela população. Para isso, construíram quilombos, sendo o mais importante e reconhecido, o Palmares, em Alagoas. Houve revoltas, levantes, fugas individuais ou em massa das fazendas ou em propriedades urbanas.

Com isso, foi-se construindo um cenário de desigualdades históricas em diversas áreas da sociedade. Temos discriminações, dominações, intolerâncias,

exclusões, injustiças sociais que pavimentaram uma sociedade excludente para diversos grupos sociais, principalmente para a população negra. Essas discriminações e desigualdades colocaram durante séculos, milhões de pessoas em condições subumanas e/ou em condições de cidadãos de segunda classe.

A educação foi uma dessas áreas que a população negra foi alijada historicamente, sendo incorporada pelo sistema oficial de educação de forma lenta e gradual; além das discriminações que sofriam de colegas, professores/as e do Estado.

A mudança desta realidade foi por muito tempo pautado por organizações negras, abolicionistas e negros/as escravizados/as de forma individual no campo político. Com certeza este é um espaço adequado para exercer a pressão popular, intelectual e político de transformação de uma dada realidade. Contudo, temos também o espaço educacional hoje, e já há um bom tempo, como um espaço que precisa ser pautado, disputado, construído e desconstruído para que as relações étnico-raciais ocorram de forma salutar para todos/as.

São também em espaços educacionais que se constroem novas identidades, pertencimentos, compreensões de suas ancestralidades, formas de enxergar e analisar a sociedade ao seu redor; e, portanto, são potenciais ambientes para uma releitura histórica, social e política de povos e comunidades que contribuíram para a formação do Brasil atual, mas que, por séculos, foram empurrados para a margem do conhecimento sistematizado, oficial e dito científico em nosso país.

Até o ano de 1996, pouquíssimo havia sido realizado no campo da efetivação das políticas públicas educacionais e de reparação para a população negra, até a Lei Federal Nº 9.394/1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Somente em 2003, com a alteração do artigo 26A da LDB, por meio da promulgação da Lei Nº 10.639/2003, a situação começa a mudar nacionalmente, em alguns municípios espalhados pelo país.

A partir destes dispositivos legais, a Secretaria Municipal de Educação do município implantou em 2006 o Programa Municipal de Educação para a Diversidade Cultural e Étnico-Racial, através do Decreto Nº 8.559, instituindo assim, no Ensino Fundamental II, como disciplina, a “História e Cultura Afrodescendente” e

de forma transdisciplinar em todo Ensino Fundamental II¹.

No inciso III do artigo 4, o Decreto apresenta a importância e necessidade dos agentes públicos formularem as políticas educacionais consultando aqueles/as que historicamente lutaram e contribuíram para o fim oficial do sistema escravocrata no Brasil, as primeiras propostas educacionais para introduzir os negros e as negras no sistema oficial da educação básica, além de propostas para dirimir o fosso que separa os negros dos não-negros em vagas na educação superior.

Como podemos ver abaixo, a redação do Decreto deixa explícito a prerrogativa de consulta e construção conjunta das ações de caráter pedagógico, cultural e político, entre os entes públicos e os movimentos sociais negros.

Art. 4 - No ensino do conteúdo História Afro-Brasileira e Africana, evidenciada nos artigos anteriores, devem ser salientados os seguintes aspectos:

[...]

III - que o material didático para esta finalidade seja elaborado com base em dados reais, consultando, sempre que necessário, pesquisadores, organizações culturais negras e militantes do movimento negro do Município, do Estado e do País; [...] (JEQUIÉ, 2006, p. 01).

Ou seja, no Decreto Nº 8.559 de 2006, torna-se obrigatório o diálogo constante entre os movimentos sociais negros e a gestão municipal, para implantação e avaliação das ações educacionais para o ensino da História Afro-brasileira e africana nas escolas municipais, onde se concentra um de nossos objetivos nesta pesquisa acadêmica que é a participação ou não dos movimentos negros nesta caminhada, entre a elaboração do Programa Municipal de Educação para a Diversidade Cultural e Étnico-Racial e todas as outras estruturas, fóruns e espaços oriundos deste Programa, como a instalação do Núcleo de Estudos²,

¹A disciplina implantada na rede de ensino de Jequié leva esta nomenclatura, segundo a Matriz Curricular do 5º a 8º do Ensino Fundamental II, anexa ao Decreto Nº 8.559/2016. Nomenclatura diferente da utilizada pelo MEC, quando se trata do Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana.

² Implantação do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de Gênero pelo Decreto Municipal Nº 8.559/06, que institui o Programa Municipal de Educação para Diversidade Cultural e Étnico-Racial, no Município de Jequié;

articulação no seio da sociedade civil, avaliações posteriores destas políticas, entre outras ações que podem ter sido executadas pela Secretaria municipal de Educação e outros atores e atrizes sociais.

A partir de tudo isso, esta dissertação surge com os questionamentos que me fiz anos atrás, quando tive acesso ao currículo escolar do Ensino Fundamental II da rede municipal de ensino de Jequié, onde estava presente a disciplina História e Cultura Afrodescendentes. Daí fui buscar mais informações acerca desta disciplina e o porquê de ela ter sido implantada por meio de um Decreto do Executivo municipal e não por uma Lei ordinária; e como tinha se dado as relações entre os integrantes do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, fórum ligado à Secretaria Municipal de Educação, de diferentes pertencimentos étnico-raciais.

Com isso, nesta dissertação pretendo descrever o papel do movimento negro Mocambo Odara desempenhado no processo de implantação e implementação do Decreto Municipal Nº 8.559/2006, que trata da disciplina História e Cultura Afrodescendentes, no município de Jequié.

Outro aspecto que irei identificar, a partir das contribuições dos/as sujeitos/as de pesquisa, será acerca das relações étnico-raciais durante este processo de implantação no Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

O interesse de estudar estes elementos se deu ainda na graduação em Ciências Sociais, quando participei de duas disciplinas da área de antropologia das populações afro-brasileiras, onde se tratou de teóricos das áreas da antropologia, sociologia, história, medicina, entre outros campos do conhecimento, escritos entre os séculos de XVIII e XX, que acabou despertando para os estudos étnico-raciais, sociais e políticos por conta da perspectiva utilizada pela dita ciência daquele período, quando se apresentava fenômenos relacionados à população negra brasileira.

Outro aspecto importante que ressalto neste momento, foi a minha participação no Coletivo Nacional de Juventude Negra, o Enegrecer. Neste movimento onde militei por alguns, em consonância com o Coletivo de Juventude Kizomba, pude vivenciar no ambiente acadêmico, e fora dele, os debates, discussões, formulações de políticas públicas, vivências em espaços ocupados pela

população negra majoritariamente, onde pude compreender melhor, para além de minhas experiências e vivências, como o racismo operava na vida de milhares de pessoas no Brasil, em especial na Bahia.

Com minha atuação na política estudantil e negra, além de minhas leituras na graduação, me vem um conjunto de ideias para aprofundar num possível mestrado no PPGREC (Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade) a participação na política institucional ou não daquela população que, por séculos, matou e torturou de diversas formas para tentar calá-los. Pois, num país onde a maioria dos presidiários é negra e a minoria dos cargos de alto escalão em empresas privadas e cargos públicos são ocupados por estas populações, entender como um movimento negro pode influir numa política pública educacional que atinge outros campos sociais precisa ser tratado no campo científico de forma urgente.

Quando iniciei no Mestrado, o objetivo de compreender as relações dos movimentos negros com entes do Estado era grande. Daí foram ampliando-se os horizontes e afinando as ideias, até chegar onde estamos no estudo étnico-racial e a participação sócio-política no processo de implantação de uma disciplina escolar.

Por isso, devemos ressaltar a importância deste estudo, que pretende além de significar o estudo de África e dos afrodescendentes na rede municipal de ensino a partir da modificação do currículo, também ser uma possível mudança de práticas pedagógicas, visto que temos também um elemento muito necessário e inevitável para a afirmação das identidades negras, africanas e afro-brasileiras, que é o papel que o Movimento Negro desenvolve ou não, quando se trata de construção de ferramentas sociais e políticas para a equidade de condições de negros e não negros em sociedade, de socialização de saberes e respeito mútuo entre as diversas expressões culturais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua origem ou ainda por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se podem aprender a odiar, elas podem ser ensinadas a amar.

Nelson Mandela

Ao longo dos séculos, o Brasil viveu diversos formatos de movimentos e organizações, de ativismo e de lutas do povo Negro. Neste sentido, o pesquisador Amilcar Araujo Pereira (2013) aponta em sua obra a existência do movimento negro no Brasil desde que os primeiros negros escravizados na África chegaram à costa brasileira. Assim como desenvolveu esta ideia o Abdias do Nascimento:

não existe o Brasil sem o africano, nem existe o africano no Brasil sem o seu protagonismo de luta antiescravista e antirracista. Fundada por um lado na tradição de luta quilombola que atravessa todo o período colonial e do império e sacode até fazer ruir as estruturas da economia escravocrata e, por outro, na militância abolicionista protagonizada por figuras como Luiz Gama e outros, a atividade afro-brasileira se exprimia nas primeiras décadas deste século [XX], sobretudo na forma de organização de clubes, irmandades religiosas e associações recreativas. (NASCIMENTO, 2000, apud PEREIRA, 2013, p. 122).

Iniciando nas resistências apresentadas por Abdias do Nascimento, até os dias atuais, os movimentos negros e suas intensas relações com o Estado brasileiro, passando na luta pelo direito mais elementar, que é a liberdade, até a disputa dos conteúdos das políticas públicas. O movimento negro construiu, em cinco séculos de atividades, um legado de resistência, força, altivez, sabedoria e capacidade organizativa para barrar os retrocessos impingidos aos seus grupos humanos, e nos dias atuais, pautando o Estado e reivindicando aquilo que quase meio milênio vos foi negado: os direitos sociais, civis e políticos.

Sobre essas organizações, podemos salientar que se vive no Brasil e em boa parte do Mundo, um momento importante para o combate à discriminação étnico-racial, com Conferências de Igualdade Racial e Intolerâncias religiosas, criação de organismos estatais para formular e implementar políticas públicas, entre outras

ações públicas e privadas que retiram esta discussão de dentro do armário de nossa sociedade.

Adentrando na esfera pública, podemos perceber os questionamentos realizados pela sociedade civil, acerca das distorções sociais, políticos e econômicas causadas por relações étnico-raciais desiguais, majoritariamente atingindo as pessoas negras.

Quando tratamos de formulação de políticas públicas, precisamos elencar a participação dos legisladores e dos sistemas de ensino e a pressão exercida pelo Movimento Negro, para que as Instituições governamentais ou privadas assumam seus papéis sociais no exercício de compor as diversas raças e etnias, de possibilidades e oportunidades em nossa sociedade. Um exemplo dessa mobilização social em torno de um tema antirracista se pode apontar no âmbito educacional Federal, a Lei Nº 10.639/03³ e o Parecer CNE/CP 003/04 que introduz, no campo da educação, o termo Educação das Relações étnico-raciais.

Como se sabe a escola não é a única instituição responsável pela educação das relações étnico-raciais, uma vez que o processo de educar ocorre também na família, nos grupos culturais, nas comunidades, no convívio social e nos meios de comunicação, entre outros. Mas, é importante ressaltar que a escola é um ambiente privilegiado para a promoção de relações étnico-raciais positivas em virtude da marcante diversidade em seu interior.

Dentro desse arcabouço de formulações e disputas de conteúdos e públicos-alvo das políticas, apresentamos nesta dissertação a possibilidade de aprofundarmos as pesquisas acerca da importância do movimento negro quando da formulação e implementação de Legislações no âmbito educacional, que tratam do combate ao racismo e intolerâncias étnico-raciais no conjunto da sociedade.

O Governo Federal no ano de 2003 sancionou a Lei Nº 10.639, que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, obrigando as instituições de ensino, públicas e privadas, a tratarem de forma transversal ou disciplinar a História e Cultura Afro-brasileira.

³Alterações na Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB de 1996) em 2003 e 2008, cujo objetivo consistia em, respectivamente, tornar obrigatório o ensino de história e cultura africana e afro-brasileira pela Lei 10.639/03 e, em 2008 alterada pela 11.645, que acrescenta a obrigatoriedade de história e cultura indígena.

O município de Jequié no ano de 2006, utilizando desta prerrogativa, adiciona na Matriz Curricular do 7º ano do Ensino Fundamental II a disciplina História e Cultura Afrodescendente, por meio do Decreto do Executivo N 8.559/2006. A partir daí surge uma inquietação, pois, lendo a composição e alguns documentos do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana contido na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, acaba aparecendo a atuação do Movimento Negro, em especial, o Mocambo Odara.

Buscaremos com esta pesquisa analisar como o Movimento Negro Mocambo Odara exerceu seu papel de movimento de pressão⁴ junto ao Executivo Municipal e as diversas entidades e organizações da sociedade civil, com o intuito de implementar no cotidiano das escolas do Município, a disciplina História e Cultura Afrodescendentes.

2.1 BREVE HISTÓRICO DAS ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO BRASIL DESDE A CHEGADA DOS PRIMEIROS/AS AFRICANOS/AS ESCRAVIZADOS/AS AO BRASIL.

Com o início da chegada de africanos/as escravizados/as em meados do século XVI - especialistas apontam cerca de 7 milhões para o Brasil e mais 1 milhão para outras partes das Américas - o tráfico de negros/as escravizados foi um dos grandes elementos da constituição econômica, social, cultural e religiosa do Brasil Colônia e Império, e de boa parte do mundo ocidental, conforme nos apontam Reis e Gomes (2012).

A imensa força de trabalho escrava foi o principal mecanismo utilizado para tarefas domésticas nas casas-grandes, em produção nos engenhos e outras lavouras, fazendas pecuaristas, além de atividades comerciais e domésticas nas cidades.

E com todo esse contingente humano sendo explorado ano após ano, são inúmeros os casos de resistências dos/as negros/as às explorações realizadas pelas

⁴Grupos de pressão, segundo J. H. Kaiser, são organizações da esfera intermediária entre o indivíduo e o Estado, nas quais um interesse se incorporou e se tornou politicamente relevante. Ou são grupos que procuram fazer com que as decisões dos poderes públicos sejam conformes com os interesses e as ideias de uma determinada categoria social.

elites escravocratas brasileiras. Reis e Gomes (2012) nos mostram algumas delas:

Onde houve escravidão houve resistência. [...] Mesmo sobre a ameaça do chicote, o escravo negociava espaços de autonomia com os senhores ou fazia corpo mole no trabalho, quebrava ferramentas, incendiava plantações, agredia senhores e feitores, rebelava-se individual e coletivamente. [...] Houve, no entanto, um tipo de resistência que poderíamos caracterizar como a mais típica da escravidão e de outras formas de trabalho forçado. (REIS; GOMES, 2012, p. 09-10)

Os autores se referem ao aquilombamento tratando-se da fuga e formação de grupos, comunidades de negros/as escravos/as fugidos.

Entre os outros mecanismos de libertação, a fuga e formação de quilombos foi um dos principais meios utilizados como forma de resistência individual e coletiva. Os quilombos se espalharam ao longo do território nacional, onde negros/as fugiam, se uniam e lutavam pela libertação de outros negros contra o sistema opressor imposto pelos brancos. Lopes (2014) nos diz que a forma de organização, vez ou outra, deflagrou revoltas das quais os/as negros/as escravizados/as e seus pares eram protagonistas, como por exemplo, a Revolta dos Malês (1835), ocorrida em Salvador.

Ainda neste período, os africanos e seus descendentes escravizados se contrapunham às hostilidades dos senhores, articulando-se em grupos de resistência para além dos quilombos. Existiram também grupos culturais e religiosos que, dentre outras atividades, contribuíram para a formação de seus pares no aprendizado da escrita, dos números e cálculos, além do domínio de outras línguas e idiomas.

A partir de 1889, o republicanismo foi o principal obstáculo para o acesso dos negros à terra, à educação e ao trabalho, segundo Décio Saes (1985, p. 15). O mesmo afirma que o Estado que se formou no Brasil, no plano jurídico, idealizado a partir do positivismo comtiano, apresenta todos os fundamentos de formação de um Estado burguês, excludente. Continua afirmando que, entre 1888 e 1891, se desencadearam os elementos estruturadores de um Estado autoritário e excludente. Seguindo esta lógica de formação, seu caráter privado e patrimonialista determina quem seriam os beneficiados e os/as excluídos/as dos processos de produção do conhecimento, dos bens materiais e das oportunidades construídas socialmente.

Podemos compreender que a luta histórica da população negra por sua plena cidadania perpassa pela formação do movimento social negro, com os formatos que conhecemos hoje e os anteriores, com outras formas de organização e mobilização. As organizações incorporaram, dentre suas reivindicações, a luta por educação pública de qualidade por acreditarem que a escolarização contribui - mas não somente ela - para o fim do racismo e a construção da igualdade racial. Apesar disso, é importante ressaltar a existência de ações no sentido de resistir a esse embargo oficial por meio de variadas práticas de acordo com a região e a posição socioeconômica dos envolvidos.

O movimento negro no Brasil pós-fim do regime escravocrata oficial (1888), tem uma história de discontinuidades e de posturas políticas bastante diferentes. Costuma-se dividi-los em quatro períodos principais: 1º República Velha (1889-1930); 2º Revolução de 1930 ao Estado Novo de Getúlio Vargas (1930-1937); 3º Da redemocratização (1945) ao Golpe Militar (1964); 4º Da abertura política (1978/1979) ao contexto atual, como descreve Domingues (2007, p. 18).

No primeiro período, especialmente entre 1910-1930, as organizações dos homens de cor - clubes cívicos, grêmios, sociedades beneficentes etc.-, como geralmente eram nomeadas, eram, sobretudo, assistenciais, recreativas e culturais. Estas organizações não tinham um caráter partidário, eram locais e muitas delas vinculadas à religião católica. Muitos clubes e grêmios serviam como espaços de sociabilidade e lazer para os homens de cor em um contexto de uma sociedade dominante que demarcava e criava muitos lugares de proibição aos negros, como clubes de futebol, piscinas, restaurantes, etc. De uma maneira ainda pouco expressiva, Domingues (2007) afirma que na época, apareciam já denúncias de racismo e luta contra o preconceito por parte de algumas dessas organizações, principalmente por meio dos jornais escritos pertencentes aos clubes e grêmios.

No segundo período (1930-1937), vale destacar particularmente a Frente Negra Brasileira (FNB), criada em 1931, no início do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945). Trata-se de um movimento social centrado na ideia nacionalista de defesa da inserção da etnia negra no mercado de trabalho, uma vez que os imigrantes estrangeiros eram preferidos neste espaço, deixando a maioria dos negros e mestiços na condição de desempregados e, assim, marginalizados, conforme apresenta Domingues (2007, p. 06).

A Frente Negra Brasileira visava construir um novo negro trabalhador, ordeiro, civilizado; por meio de valores morais e instrução escolar, afastando-se dos estereótipos relacionados ao negro na época, como vagabundo, sem instrução, bêbado, entre outros. A inclusão do negro na sociedade nacional ocorreria por meio de uma postura assimilacionista de valores da cultura dominante. A FNB se transformou em partido político em 1936, mas no ano seguinte, com a instauração da ditadura do Estado Novo (1937-1945), todos os partidos foram extintos, inclusive a FNB.

Domingues (2007, p. 10) nos apresenta a perspectiva do TEN (Teatro Experimental do Negro) como uma combinação entre nacionalismo e negritude. “As atividades do TEN não se resumiram ao teatro, houve também concurso de beleza, cursos de alfabetização para empregadas domésticas, entre outras atividades” (DOMINGUES, 2007, p. 10). A organização termina sendo fechado no contexto do golpe civil-militar de 1964. Alguns de seus membros terminam indo para a aventura do exílio, como no caso de Abdias Nascimento, que parte para os Estados Unidos.

No terceiro período, podemos elencar a participação majoritária do Movimento Negro Unificado - MNU. Este difere bastante das experiências anteriores: inspira-se na luta dos negros pelos direitos civis nos Estados Unidos e dos conflitos pela emancipação nacional no contexto de independência dos países africanos (Angola, Moçambique, Cabo Verde, África do Sul) nos anos 1960 e 1970. As ideias de pan-africanismo e de afrocentrismo (uma perspectiva histórica centrada em África e que visa combater o eurocentrismo hegemônico) estão presentes em algumas correntes desse novo movimento negro.

As ideais de pan-africanismo e afrocentrismo produziram um movimento-conceito, que é a Negritude. Segundo a classificação de Zilá Bernd,

a negritude pode significar o fato de se pertencer à raça negra; a própria raça como coletividade; consciência e reivindicação do homem negro civilizado; característica de um estilo artístico ou literário; ao conjunto de valores da civilização africana. (Bernd, 1988, p. 16)

Domingues (2005, p. 01-02) afirma que o termo negritude adquiriu diversos sentidos desde seu primeiro uso por Aimé Césaire, da Martinica. A partir da maior visibilidade e expansão dos movimentos negros pelo mundo afora, e afirmação mais

pujante da identidade negra, a negritude passou a ser um conceito amplo, perpassando pelo político, ideológico e cultural. No campo político, a negritude serve para subsidiar a ação dos movimentos negros organizados.

Possuindo um conjunto de referências nacional e internacional, com campos progressistas de matizes político-partidários, culturais e ideológicos, Domingues (2007, p.1) aponta que o MNU se apresenta como um movimento de esquerda e mantém relação com outros movimentos sociais do campo progressista, como o movimento feminista, novo sindicalismo, novos movimentos urbanos, entre outros, no contexto da reabertura política no Brasil. É um movimento que executa uma relação concatenada entre classe e raça.

2.2 POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO NEGRO

Antes de adentrar de fato ao campo do Movimento Negro propriamente dito, precisamos elucidar algumas características dos Movimentos Sociais. Estes, sendo expressões da organização da sociedade civil, possuem uma forma coletiva que é utilizada como resistência à exclusão e para a efetivação de lutas pela inclusão social. São nas ações destes que se apresentam as demandas sociais que determinadas classes ou grupos étnico-raciais passam no dia-a-dia. Acabam se materializando em atividades, como manifestações em diversas expressões, atividades lúdico-reflexivas, espaços de educação não formal, com ocupações e passeatas, provocando uma organização social e despertando uma consciência dos demais indivíduos daquele grupo. Maria Gohn (2011, p. 336) reafirma esse entendimento em sua obra, quando diz que, ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de um grupo ativo.

Ressalta ainda Gohn (2011) que, normalmente, esses movimentos sociais têm o caráter propositivo de controle social e de grupo de pressão que desenvolvem suas funções com alguns fins já pré-determinados em suas agendas de lutas e mobilizações. Com o intuito de compreender a importância e o papel social desses segmentos nas etapas em que se desenvolvem a formulação e implementação das políticas públicas, faz-se necessário esta breve revisão de literatura junto aos

estudos voltados para problematização do papel desempenhado por indivíduos, grupos e organizações enquanto atores e atrizes afetados/as e corresponsáveis pelas políticas públicas na arena social.

Já apresentado um pouco das funções dos movimentos sociais, destacamos agora as engrenagens do Estado moderno, com suas lutas de classes, de grupos étnico-raciais, ou seja, como as lutas entre as minorias políticas e os setores hegemônicos da sociedade fazem, no dia-a-dia do espaço público, a disputa de prioridades deste Estado. O movimento negro vem desde o final dos anos 1970 (no contexto do regime ditatorial brasileiro) se organizando a partir do formato que o compreendemos hoje, com o intuito de apresentar formulações, práticas e entendimentos de como as políticas públicas precisam ser organizadas para proporcionar à população negra oportunidades equânimes nos campos educacional, da saúde, cultural, empregatício, político, simbólico, entre outros espaços e sentidos.

Com a finalidade de apresentar os processos sociais de transformações verificadas no escopo da democratização do acesso ao Estado e aos seus entes federados, a investigação tem, portanto, que penetrar no tecido das relações sociais e étnico-raciais, além da cultura política gestada nesse nível federativo (o municipal). Ao mesmo tempo, rompendo o discurso e a tentativa de prática institucional universalista, essa dissertação aprofunda-se sobre os padrões concretos de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil, analisando o papel de atores e atrizes de movimentos negros e a capacidade de pressionar entes da Federação com o fim de operacionalizar as transformações da sociedade e do Estado, por meio de formulação e implantação de políticas públicas.

Maria Gohn (2011) nos apresenta a mobilização política, que define como as questões coletivas serão traduzidas em demandas a serem reivindicadas por intermédio dos movimentos sociais, também conjuntamente no processo que constitui as relações entre grupos de interesses com trajetórias historicamente conflituosas. Nas últimas décadas, os movimentos de resistência cujo ponto central da articulação se refere a aspectos de identidade, como étnico-racial, de gênero, de nacionalidade, dentre outras, que se somam às questões abordadas mais tradicionalmente pelas organizações unicamente relacionadas à luta de classes vem tendo que repensar seus modelos organizatórios, pois, somente os questionamentos levados ao Estado ou somente organizar e tentar conscientizar os indivíduos podem

não surtir efeitos práticos. Para isso, se faz necessário uma articulação entre essas duas ferramentas.

Maria das Graças Rua (1998) em sua obra 'Análise da Política', nos mostra como as sociedades modernas apresentam como principal característica, a diferenciação social entre seus membros. A autora afirma que

os membros das sociedades modernas não apenas possuem atributos diferenciados (idade, sexo, religião, estado civil, escolaridade, renda, setor de atuação profissional, etc.), como também possuem ideias, valores, interesses e aspirações diferentes e desempenham papéis diferentes no decorrer da sua existência. (RUA, 1998, p. 01)

Tudo isso faz com que a vida em sociedade seja complexa e frequentemente envolva conflito de opinião, de interesses, de valores etc.

Contudo, os membros destas sociedades precisam manter os conflitos e as diferenças dentro de um patamar administrável, para que os mesmos possam viver de uma forma minimamente segura, avançando na qualidade de vida e no campo dos direitos social, político e civil. Para que isso possa ocorrer, Rua aponta apenas dois caminhos:

(...) a coerção pura e simples e a política. O problema com o uso da coerção é que, quanto mais é utilizada, mais reduzido se torna o seu impacto e mais elevado se torna o seu custo. Então, só resta uma alternativa: a política. Esta envolve coerção - principalmente como possibilidade - mas que não se limita a ela. Cabe indagar, então, o que é a política. Em uma definição oferecida por Schmitter, política é a resolução pacífica de conflitos. Entretanto, este conceito é demasiado amplo, restringe pouco. É possível delimitar um pouco mais e estabelecer que a política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos. (RUA, 1998, p. 01)

Aproveitando as contribuições de Maria das Graças Rua, ressaltamos a importância de pesquisar um acontecimento histórico, social, antropológico e político, como foi a participação de um grupo do movimento negro na formulação de um aporte legal para a efetivação na rede municipal de ensino de Jequié, do ensino da História da África, dos africanos e dos afro-brasileiros.

Mas, esta legislação não foi executada como uma Lei Ordinária ou algo do

gênero, mas, sim, um Decreto do Executivo municipal. Daí me questionei: como um Decreto pode se configurar como uma política pública? Faz-se necessário salientar, que este é um instrumento legal, resultante de atividades políticas entre sociedade civil e poder público. Por isso, Maria das Graças Rua faz questão de distinguir entre política pública e decisão política em si:

uma política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Já uma decisão política corresponde a uma escolha dentre um leque de alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando - em maior ou menor grau - uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis. Assim, embora uma política pública implique decisão política, nem toda decisão política chega a constituir uma política pública. (RUA, 1998, p. 02)

Por mais óbvio que possa parecer, as políticas públicas são públicas - e não privadas ou apenas coletivas. A sua dimensão 'pública' é dada não pelo tamanho do agregado social sobre o qual incidem, mas pelo seu caráter imperativo. Isto significa que uma das suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

A partir desta premissa, podemos adentrar na diferenciação que existe entre um Decreto Municipal promulgado de forma autocrática pelo chefe do Executivo e pelo Decreto de N 8.559, de 2006. Neste último, a participação da sociedade civil não se deu somente em diálogos entre Executivo e movimento negro, mas também entre docentes das redes municipal e privada, pais e mães de discentes, organizações religiosas, dirigentes escolares e com o Legislativo municipal, conforme apontou em entrevista, a ex-secretária de Educação, Graça Bispo:

E, naquele momento, a gente também foi uma coisa assim bastante importante, que o grupo, inclusive o grupo do movimento negro, do Mocambo Odara, né, tinha um outro grupo também que participava, tinha representatividade, tinha representação da Câmara de Vereadores, do Conselho, dos diretores; e a gente teve uma discussão bastante interessante. (BISPO, 2017)

Com o entendimento das políticas públicas, em especial as educacionais, e suas relações com o papel dos movimentos sociais, compreendendo a necessidade

do enfrentamento dos sujeitos envolvidos no campo político e/ou institucional, em nosso espectro, o movimento negro, que seus integrantes sentem a importância de arregimentar-se tanto quanto possível de capacidade de influir sobre as políticas públicas, seja por meio do controle das atividades da cadeia produtiva, seja pela articulação de ações organizadas em outros setores objetivos e subjetivos da sociedade, pela formação de opinião alinhada com seus interesses, dentre outras dinâmicas de mobilização.

No Brasil, as ações do movimento negro, por meio das suas mais diversas organizações, têm sido pautadas por uma intensa e acentuada perspectiva educacional que se explicitam nas diversas ações pró-educação, nos diversos projetos e programas e, também, nas mais diversificadas propostas que visam ofertar ao/ negro/a brasileiro/a o acesso e permanência na educação. E, pode-se dizer que o movimento negro tem se destacado no cenário brasileiro como o sujeito político cujas reivindicações têm conseguido impactar e também influenciar o Estado brasileiro no panorama da garantia de direitos, como bem pode ser visto na Lei de Cotas, conforme preconiza a Lei Federal 12.711/2012, que tem garantido o acesso do negro às universidades Brasileiras, entre outras legislações, projetos e programas governamentais.

A caracterização desta abordagem de reivindicação coletiva, segundo Fuks (1999), corresponde a uma orientação presente nos estudos sobre definição de políticas públicas, problemas sociais e movimentos sociais, que estabelece, como foco de investigação, os processos sociais responsáveis pela emergência de um novo assunto público e as disputas em torno de sua definição. No centro dessa análise encontra-se a dinâmica argumentativa dos conflitos sociais, entendida como espaço de elaboração e veiculação de versões alternativas a respeito dos assuntos públicos:

Ao resgatar a argumentação como característica essencial do objeto de estudo no campo da ciência política, essa perspectiva confere legitimidade ao debate público como campo de investigação. A vida política constitui-se, então, como arena política na qual os partidos políticos, a mídia, os grupos organizados e o poder executivo participam de um permanente processo de debate. (FUKS, 1999, p. 46)

Um conceito que nos ajuda a entender a relação Estado e movimento negro, que é a arena política, emerge segundo Rodrigues (2005) às condições dadas de um conjunto de conflitos, bem como os seus modos de ação específicos e às restrições acerca dos possíveis resultados, que a disputa de hegemonia e contra hegemonia pode nos trazer a partir da participação dos movimentos negros, na arena institucional.

Rodrigues (2005) nos aponta como a arena política existe como um espaço de atuação de um grupo desconsiderado e desacreditado como ator político em influir em um processo decisório, no conteúdo das leis, em romper com a ideia de uma nação monocultural. Todo o processo de elaboração desses documentos legais a ela se assemelha na medida em que se visualiza a luta entre diferentes grupos por um projeto de educação e sociedade.

No entanto, Guimarães (2003) destaca que a resistência da sociedade civil brasileira às políticas públicas raciais foi parcialmente quebrada pela repercussão favorável, na opinião pública internacional, às posições do Brasil na Conferência Mundial Contra a Discriminação Racial, em 2001, na cidade de Durban. Mas, claro, esta resistência e contraponto ao pensamento racial hegemônico faz parte das ações de negros e negras individual ou coletivamente, desde o século XVI, quando da chegada dos primeiros africanos escravizados pela Coroa Portuguesa.

Contudo, percebemos nas últimas décadas a propagação de variadas iniciativas relacionadas ao enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no Brasil. Muitas delas nem sempre utilizam esta terminologia, mas colocam entre seus objetivos a promoção da igualdade racial no Brasil. Mas, é difícil enquadrá-las em uma única classificação, dada a diversidade de atividades desenvolvidas.

Na tentativa de agrupá-las, Maggie (2001) apresenta formatos de organizações que iriam desde atividades comunitárias, geralmente em favelas ou bairros de periferia, destinadas à promoção social de crianças e jovens, por meio de reforço escolar e por atividades profissionalizantes e de educação voltadas para o exército da cidadania, perpassando por atividades de apoio e estímulo a microempreendedores afro-brasileiros, até estímulo à ampliação do acesso de afro-brasileiros ao ensino superior.

O Brasil passou por um grande processo de mudanças ao longo dos últimos anos, no que diz respeito às relações étnico-raciais. A percepção do país como uma

democracia racial é cada vez menos consensual e, hoje, diferentes setores da sociedade têm sua agenda política marcada pelo debate sobre o racismo como elemento constitutivo e estrutural em/de nossa sociedade.

2.3 LEI 10.639/03 E O MOVIMENTO NEGRO

A análise do Decreto Municipal e da Lei Federal 10.639/2003 pode nos levar a compreender a reafirmação da luta pela construção de espaços de afirmação das diferenças nos currículos e nas escolas, e como isso tem feito parte da agenda antirracista há vários séculos no Brasil, mas especialmente a partir dos anos 1970 em torno das discussões e ações travadas em vários espaços durante o processo de redemocratização em nosso país. Esses movimentos sociais têm uma trajetória bastante interessante e específica, no sentido de que suas reivindicações, proposições e estratégias de ação política na luta antirracista têm se constituído em bases importantes na história do Brasil e na maneira como se tem pensado a identidade nacional, com mais atuação nos primeiros anos do século XX. A partir disso, as questões de cunho étnico-racial são constituídas histórica, social e cultural em nosso país com mais força, segundo Silva e Trapp (2010).

Pereira (2013) vem afirmando que os movimentos sociais, intelectuais e organizações da sociedade civil, por exemplo, têm conquistado espaços de interlocução com os poderes públicos. Mas o protagonismo em relação à construção e implementação dessa agenda antirracista na sociedade brasileira pertence ao movimento negro contemporâneo, que vem tendo vitórias importantes na luta pela construção desses espaços de enunciação das diferenças nos currículos e nas escolas brasileiras, no período recente.

Na segunda metade da década de 1990, o Movimento Negro passou a estabelecer um diálogo intenso com o Estado brasileiro. Em 1995, o presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, durante a Marcha Zumbi dos Palmares, em Brasília, que ocorreu com a participação de dezenas de movimentos e organizações antirracistas, recebeu uma comissão e trataram de diversas pautas históricas e interministeriais, que representavam possibilidades do Estado retratar com as novas gerações de negras e negros, uma sociedade mais plural, inclusiva e respeitosa com

as diferenças. A partir desta Marcha, em 1995, é que se inicia de maneira intensa e profícua uma relação entre o Estado brasileiro e o Movimento Negro, e começam a ser discutidas políticas públicas envolvendo a questão étnico-racial.

Segundo Silva e Trapp

a participação de representantes do Movimento Negro na Secretaria Nacional de Direitos Humanos (SNDH) e no contexto da profissionalização observada no Movimento Negro, e com o surgimento de importantes ONGs antirracistas, como a Geledés e a Fala Preta, a questão racial e as demandas do Movimento Negro entram [...] na pauta da agenda política nacional. Estava selada uma relação que se tornaria ainda mais forte nos anos seguintes, já no contexto de preparação para a Conferência de Durban, e que potencializaria o debate e a efetiva implementação de políticas públicas para a população negra brasileira. No âmbito da SNDH criado, em 2000, o Comitê Nacional de preparação para a Conferência de Durban. (SILVA e TRAPP, 2010, p. 06).

Este comitê teve o papel de articular os movimentos sociais e o governo brasileiro, através de reuniões e seminários. Assim, as discussões encaminharam a importância da produção de um relatório que contivesse as condições de vida da população negra e como se davam as relações étnico-raciais no Brasil. Este relatório continha algumas denúncias, inclusive a existência estrutural do racismo no país. Com isso, os setores organizados da população negra reivindicaram ao poder público medidas para reparar as desigualdades étnico-raciais e, conseqüentemente, as sociais, por meio de adoção de ações afirmativas para as/os negras/os brasileiras/os, segundo apresentam Silva e Trapp (2010, p. 06-07).

Naquele momento, antes da Conferência de Durban, os movimentos negros viveram um dos seus melhores momentos, no que concerne a unidade na ação e em suas pautas, para antes e depois da Conferência. Com isso se acumula forças políticas, acadêmicas e sociais para dialogar com a sociedade e os poderes públicos para medidas efetivas serem tomadas para a introdução nas instituições brasileiras de mecanismos para a desconstrução do mito da democracia racial e, após isso, formulações de políticas públicas que mudem o quadro até ali vivido no Brasil.

Ao analisar hoje os dados de como viviam os/as negros/as naquele período, apontavam desigualdades profundas entre brancos e negros na educação. Podemos compreender esse hiato tão profundo analisando os dados: pessoas negras têm

menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos); na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 1 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5% das crianças negras, na mesma faixa etária, vivem essa situação, segundo dados dos apresentados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (BRASIL, 2004, p. 07-08).

As discussões se acumularam entre a sociedade civil e os poderes públicos, que em 2003, a partir da eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, reconhece as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade de intervir de forma propositiva neste cenário, que nove dias após tomar posse, sanciona a Lei Nº 10.639 que altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e estabelece as Diretrizes Curriculares para a implementação da mesma.

A Lei Nº 10.639/03 instituiu a obrigatoriedade do ensino da História da África e dos africanos no currículo escolar do ensino fundamental e médio. Essa medida resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira. Desta forma, recolocou a questão racial na agenda nacional e a importância de se adotarem políticas públicas educacionais afirmativas de forma democrática, descentralizada e transversal (BRASIL, 2004, p. 08).

2.4 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Afirma-se a importância de tratar-se dos conceitos etnia e raça de forma separada neste espaço, mas, afirmar que durante o decorrer da dissertação utilizamos com mais recorrência, o étnico-racial.

Iniciamos com o conceito de raça que tem sua gênese no século XVII, mas somente no século XIX passou a caracterizar e justificar as diferenças fenotípicas entre humanos e marcar as relações de dominação político-cultural e econômica de um grupo social ou uma nação sobre outro/a. Como ratifica Guimarães (2006), os intelectuais e suas pesquisas afirmam há décadas a não existência de duas ou mais raças biológicas, pois não temos comprovações, materiais ou físicas, que possam ser utilizadas para afirmar as diferenças humanas pelo viés biológico. Contudo, esse

argumento se encerra no campo biológico, porque no mundo social, cultural e político, o termo raça, como foi apresentado acima, é também uma categoria analítica, pois pode ser a única que revela as discriminações e desigualdades que a nação brasileira, e de boa parte do Mundo, à cor impõe. Então, como aponta Guimarães (2006), não somente a classe social pode determinar o acesso aos direitos, mas, também, a raça como conceito sociológico.

Os Movimentos Negros e setores do campo acadêmico utilizam-se desse termo com o intuito de valorizar o legado deixado pelos africanos, inclusive, informando como que nas relações sociais brasileiras, algumas características físicas, por exemplo, formato do nariz e da boca, cor da pele, tipo de cabelo, dentre outras, exercem ascendência, intervém e até mesmo, decidem o rumo e o espaço que os sujeitos ocuparão na sociedade. (GOMES, 2004 apud SANTOS; MARQUES, 2012)

Segundo Stuart Hall (2003, p. 24) raça é uma categoria discursiva em torno da qual se organiza um sistema de poder socioeconômico, de exploração e exclusão - ou seja, o racismo. Contudo, como prática discursiva, o racismo possui uma lógica própria, pois tenta justificar as diferenças sociais e culturais que legitimam a exclusão racial em termos de distinções genéticas e biológicas, isto é, na natureza. Portanto, Stuart Hall entende raça como uma categoria organizadora das formas de falar, dos sistemas de representações e práticas sociais que utilizam um conjunto frágil, frequentemente pouco específico, de diferenças em termos de características físicas, correspondendo, portanto, a marcas simbólicas a fim de diferenciar um grupo de outro.

Discutindo com a ideia de Hall e a necessidade de marcas simbólicas para diferenciar grupos humanos, trazemos à tona o conceito que dialoga com o conceito raça em nosso trabalho, que é a etnia.

O termo etnia é derivado do grego *ethnikos*, adjetivo de *ethos*, e se refere a povo, nação. O conceito de etnia baseado na definição de Cashmore (2000) diz respeito a um grupo que possui algum grau de coerência, solidariedade, origens e interesses comuns. Já um grupo étnico é mais do que um ajuntamento de pessoas: as pessoas devem ser agregadas em seu pertencimento histórico e cultural.

Gomes (2004) destaca que:

o uso do termo etnia ganhou força para se referir aos ditos povos diferentes judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais, mas sim, por processos históricos e culturais. (GOMES, 2004, p.50)

Faz-se necessário destacar que ao serem subjugados, total ou parcialmente, os povos - tanto nativos, quanto grupos estrangeiros -, passam por carências e desrespeitos que vão desde material, cultural, política e econômica. Quando esses povos tomam consciência dessas desigualdades, se estabilizam, se apoiam e se conformam para com àquelas que passaram pelas mesmas experiências. “O grupo étnico, portanto, é um fenômeno cultural, mesmo sendo baseado originalmente numa percepção comum e numa experiência de circunstâncias materiais desfavoráveis” (CASHMORE, 2000, p. 197), sendo composto por elementos como a linguagem, ancestralidade ou origem comum e as tradições.

Utilizando desses referenciais étnicos, podemos afirmar que existe nesse campo de estudo uma demanda pela questão das contribuições africanas na cultura brasileira, que passa pela vertente da história sociopolítica dessa população e de sua relação com a ancestralidade africana. A referência de raça social se configura como parte da questão, pois seu enfoque tem o limite da avaliação do legado africano, ou seja, não basta o reconhecimento de que uma ideia de raça se constitua no racismo, mas ter a visão de que a história da população negra é muito mais ampla do que somente o racismo. Para isso, se coloca a necessidade de se evidenciar as africanidades brasileiras, como produção intelectual, material e imaterial de origem ou com contribuições africanas.

É necessária a construção de uma reflexão conceitual das relações sociais e da luta pelas políticas de promoção de igualdade étnico-racial no Brasil. Elaborar sob múltiplas perspectivas da raça social negra e do enfoque étnico, para se ampliar as iniciativas em termos de políticas públicas de combate ao racismo. Essa construção para dirimir as discriminações e preconceitos já é muito importante. Contudo, é preciso pensar para além, num patamar de compreensão do campo das relações étnicas a partir da presença, da produção dos sentidos positivos e não somente pelas ausências e negações produzidas pelo racismo, inclusive o institucional, executado pelas Instituições que valorizam somente um tipo de legado e de saberes

em diversos espaços, inclusive no ambiente escolar.

Utiliza-se do termo étnico-racial como uma articulação das áreas da sociologia, ciência política, antropologia e história, para melhor situar a multiplicidade identitária que compõe a população brasileira, podendo atender melhor aos propósitos deste estudo, devido ao maior distanciamento dos conceitos biológicos de séculos passados, que ainda mantém seus resquícios no imaginário popular. Contudo, apresenta mais abrangência em acolher a diversidade de expressões das identidades negras e dos dispositivos de base africana que dinamicamente se expandiram no Brasil. Reafirmamos essas colocações com a contribuição de Munanga (2001) acerca da multiplicidade das etnias oriundas de África e sua complexa diversidade na existência atual brasileira, o que leva a postura teórica de tratarmos de etnias e identidades negras, considerando como eixo destas os dispositivos de base africana, presentes em suas constituições.

Com isso, raça e etnia são expressões que se relacionam de forma simbiótica no contexto social brasileiro, pois ambos os conceitos são carregados de significações e podem determinar o pensamento, a atitude e forma de ser e pensar o mundo ao nosso redor.

A partir da necessidade recorrente de analisarmos a sociedade a partir de uma perspectiva ampla e diversa, temos assistido a formulações e implementações de diversas experiências pedagógicas e curriculares construídas como alternativa de um novo pacto social e educativo. A diversidade tornou-se palavra-chave das inúmeras propostas pedagógicas e de políticas públicas educacionais que buscam incorporar a presença negra e de outros grupos étnico-raciais, mas precisa ser, no futuro próximo, um espaço que dê conta de abarcar mais expressões culturais e étnicas das mais diversas possíveis, representando, assim, a multiplicidade característica de nosso país.

2.5 CAMINHOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa dissertativa, de caráter qualitativo e, a partir disso, duas técnicas são utilizadas em sua execução: a entrevista semiestruturada e a pesquisa documental.

Na pesquisa qualitativa, possui-se um campo de investigação que utiliza de métodos de coleta de dados não estruturados, tais como observações, entrevistas, pesquisas documentais, entre outras, que são importantes para que possamos ampliar nossa compreensão de mundo e sobre os temas e assuntos pesquisados.

Esse formato de pesquisa pode contribuir muito para os pesquisadores que buscam compreender as raízes para determinados comportamentos, atitudes, motivações, identidades e pertencimentos, ao invés de somente buscar explicações exatas sobre situações específicas, sem abertura para as subjetividades humanas.

Delimita-se, neste capítulo, o objeto, os objetivos, a própria escolha dos instrumentos de operacionalização da pesquisa e, por fim, a definição da amostra e dos representantes das Instituições e organizações sociais que foram ouvidas e que cederam documentos para esta pesquisa.

A partir disso, é apresentado como se constituiu o caminho metodológico nesta pesquisa. Foram realizadas quatro entrevistas com o intuito de aprofundar na compreensão do processo de formulação e implementação do Decreto Municipal de Nº 8.559 de 2006. Estas, juntamente com o levantamento documental, compõem o processo de trabalho exploratório desta dissertação de mestrado.

Na fase da realização das entrevistas semiestruturadas, foi garantida a atenção necessária para formulação de perguntas que pavimentassem a relação entre objetivos e o problema a ser investigado e a continuação no levantamento de material documental.

O autor Triviños (1987) apresenta uma caracterização do que vem a ser uma entrevista semiestruturada:

a entrevista semiestruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos sujeitos da pesquisa. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador (TRIVIÑOS, 1987, p. 152).

Como traz Minayo (2008), a entrevista precisa ser adotada no sentido amplo de comunicação verbal e no sentido restrito de coleta de informações sobre determinado assunto científico. Aqui foi utilizada como estratégia principal no processo de produção de dados, que pretendeu ouvir os seus interlocutores para

melhor análise sobre o processo político e étnico existente no Núcleo de Estudos da Secretaria Municipal.

Utilizou-se para análise destas entrevistas semiestruturadas, como mecanismo de exame que se concentra na fala e no conteúdo como pautas históricas destes grupos étnico-raciais, os significados das situações e o contexto social, cultural e político das narrativas dos entrevistados, acerca de suas percepções sobre como as relações étnicas estavam ali presentes naquele processo de implantação da disciplina.

Os procedimentos de pesquisa que viabilizaram os objetivos pretendidos foram:

a) Pesquisa Documental: análise documental do Decreto Municipal Nº 8.559/2006 e documentos relacionados à formação do currículo escolar do Ensino Fundamental II na rede municipal;

b) Entrevistas semiestruturadas: foram realizadas a partir de um roteiro planejado, tendo como sujeitos dois (02) membros do Mocambo Odara, que acompanharam as ações de implantação e implementação do decreto municipal; uma (01) gestora da Secretaria Municipal de Educação, que atuou nas gestões 2005-2008, e que acompanhou o processo de implementação e implantação, e por último, uma (01) coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, que atuou entre 2006 a 2008.

O delineamento destes sujeitos de pesquisa perpassou pelos espaços que cada um ocupou na esfera da sociedade civil e do poder público municipal, naquele momento. Por exemplo, Dionária Silva ocupava, no momento, a coordenação política do Mocambo Odara, mas ao mesmo tempo, na prática, dirigia a entidade como um todo, segundo suas colocações em entrevista. O Fernando Andrade, que chega ao Mocambo no período que se iniciava a discussão no Núcleo de Estudos - que também era discente de pedagogia naqueles anos -, executava uma tarefa no Mocambo, semelhante a uma vice coordenação. A Ivanildes, a coordenadora do Núcleo de Estudos, professora efetiva da rede municipal de ensino, pedagoga e ex-ativista do movimento étnico-racial e religioso, Mãe Preta Aparecida, que precede o Mocambo Odara. Por fim, a secretária municipal de Educação daquele período, uma pessoa que vinha do quadro docente da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia e que mostrava uma sensibilidade com estas pautas sociais, acabou dirigindo

este processo de implantação da disciplina na rede municipal.

Estas entrevistas são oportunidades de se conversar face a face, utilizadas para mapear e compreender a visão de mundo e dos temas relacionados à pesquisa destes sujeitos, ou seja, elas fornecem dados básicos para uma compreensão detalhada das concepções ideológicas, crenças, atitudes, valores e motivações em relação aos atores/atrizes sociais e os contextos sociais, culturais e políticos específicos, que podem relacionar-se com os nossos objetivos e o objeto de pesquisa. (MINAYO, 2008; CERVO; BERVIAN, 2007)

Alguns cuidados foram tomados no que concerne a análise e transcrição das falas de nossos entrevistados, pois estas precisam estar mais próximos daquilo que eles/as pretenderam nos passar. Assim, Duarte (2004) ajuda-nos a compreender como proceder com as informações obtidas em campo, mesmo já analisadas, alguns cuidados precisam ser tomados antes de adicioná-las à dissertação.

Os resultados obtidos a partir dessa manufatura das informações coletadas devem ser apresentados aos informantes, para verificar se a leitura feita e se as hipóteses formuladas a partir dela têm fundamento para aqueles que vivenciam mais diretamente as circunstâncias investigadas, uma espécie de devolução, que ajuda a evitar distorções. Os resultados deverão ser cruzados, posteriormente, com registros de observações de campo (se houver), dados quantitativos e/ou informações adicionais acerca daquela temática ou daquela população (estudos precedentes, levantamentos estatísticos, matérias jornalísticas, documentos históricos, artigos, imagens, textos literários etc.), de modo a possibilitar uma visão, a mais ampla possível do universo que está sendo investigado. (DUARTE, 2004, p. 223)

Na última fase deste processo, Minayo (2013) resume em análise e tratamento do material empírico e documental, caracterizando pela ordenação, classificação e análise dos dados, tanto de cunho documental, como a partir das entrevistas e, por fim, análise e elaboração da redação final da dissertação.

2.6 MOVIMENTOS NEGRO MOCAMBO ODARA: UM POUCO DA HISTÓRIA E ATUAÇÃO

Imagem 1 Logomarca do Mocambo Odara



Fonte: Blog do Mocambo Odara. Acesso em junho de 2018.

A partir de um texto postado no blog do Mocambo Odara, por Dionária Silva, o movimento se apresenta com suas próprias palavras:

Um movimento social organizado se constitui primeiramente, movido um sentimento de indignação e injustiça, sofrida por uma pessoa, um grupo ou uma parcela da sociedade. E a partir de outras lutas e identidades são incorporadas, mas de modo muito especial a identidade de cada membro que compõe este grupo, a história de vida que cada pessoa traz consigo. (SILVA, 2016)

A autora segue apresentando o Movimento desde seu início, ainda como uma organização ligada à Igreja Católica, mas sempre com o intuito de desvelar a democracia racial falsamente imposta neste país:

Assim, com intuito da afirmação de uma identidade negra e enfrentamento ao racismo e intolerâncias correlatas, bem como movido por histórias de vidas, o Mocambo Odara inicia a sua trajetória, inicialmente como Agentes de Pastorais Negras - APN's (nesse momento, como o Mocambo Mãe Negra Aparecida), mas devido à dificuldade de dialogar com os dirigentes regionais e estaduais, e ainda percebendo uma necessidade do resgate de uma identidade local, decidimos por uma atuação independente, mas sempre orientados pelas bandeiras estaduais e nacionais de luta do

movimento social negro, e incorporando outras lutas necessárias para a garantia da dignidade humana. (SILVA, 2016)

Imagem 2



Fonte: Blog do Mocambo Odara. Acesso em junho de 2018.

Na imagem acima, podemos ver membros do Mocambo Odara após uma oficina de Trançado Afro, num bairro periférico de Jequié, denominado Curral Novo. Fernando da Silva Andrade, também representante deste movimento no Núcleo de Estudos, destaca em sua fala o momento que chegou ao Movimento, fato que se deu ano de 2003, quando estava ocorrendo a discussão da Lei Nº10.639/2003. O mesmo apresenta abaixo, como o Mocambo aparece em sua vida:

O Mocambo, ele surgiu em [19]98, como A.P.N. (Agente de Pastoral Negra). Inicialmente o Mocambo tem o nome de Mãe Negra Aparecida [...] E aí começaram naquele tempo dentro da Igreja, a se discutir algumas questões pertinentes sobre a etnia, sobre a cultura africana e afro-brasileira no município de Jequié. Então, Robson [o padre responsável pela criação e coordenação do grupo] ficou em Jequié nesse período, com a saída de Robson houve uma desarticulação dos A.P.N.s. E aí, esse mesmo grupo que estava discutindo, percebeu que não existia mais espaço dentro da Igreja Católica para continuar essa discussão; e aí, é quando se tem a ideia do APN Mãe Negra Aparecida se transformar em Mocambo Odara. E essa transformação é justamente em 2003, é quando eu chego, [...] já chego lá já com essa discussão nova de transformação em

movimento social, numa discussão mais pautada mesmo para as questões da sociedade.(ANDRADE, 2017)

Imagem 3



Fonte Blog do Mocambo Odara. Acesso em setembro de 2018.

O Circular Afro, evento que ocorria com frequência anual, era executado em diversos espaços sociais, principalmente em educacionais. Nele ocorriam diversas oficinas, tais como: penteado, capoeira, dança, entre outras, além de bate-papos, palestras e mesas redondas com temas relacionados à vivência negra em Jequié, na Bahia e no Brasil.

O Mocambo Odara intensifica sua atuação junto aos espaços escolares, acadêmicos e comunitários, a partir do afastamento oficial da organização Negra, da Igreja Católica, ampliando as atividades políticas, culturais, educacionais, entre elas, o Circular Afro, que foram realizadas com o intuito de divulgar ou disseminar a história e cultura africana e afro-brasileira.

Com uma atuação junto às escolas, comunidades, à Universidade, em Jequié e Região, realizamos muitas atividades de cunho educacional, como palestras, cursos, seminários, fóruns de debate e oficinas, estudando e divulgando a história e cultura africana e afro-brasileira, história esta que durante séculos foi apenas contada sob a ótica do opressor, do colonizador. Neste sentido, o nosso desafio enquanto movimento social organizado era recontar a história a partir de um novo olhar O NOSSO, na visão daquela e daquele que sente e

que sofre (ou sofria) com o preconceito, a discriminação, o racismo, mas que nunca abaixa a cabeça. (SILVA, 2016)⁵

Como exemplo, temos o Minicurso “O Negro no Brasil”, realizado no Colégio Polivalente, em Jequié, que entre outras funções cumpridas, teve a apresentação ou a maior disseminação da literatura e da história dos/as negros/as em África e nas diásporas.

Imagem 4



Fonte Blog do Mocambo Odara. Acesso em julho de 2018.

⁵Entrevista concedida por SILVA, Dionária da. Entrevista I. [abril 2017]. Entrevistador: Caio César Gonçalves de Souza. Jequié, 2018.

3 MOCAMBO, MOVIMENTO NEGRO E EDUCACIONAL, ATÉ O DECRETO

Nº 8.559/2006

O caminho se faz caminhando
Caminhante, as tuas pegadas
São o caminho e nada mais;
Caminhante não há caminho.
O caminho faz-se ao andar.
Ao andar faz-se o caminho
E ao olhar para trás,
Vê-se a senda que jamais,
Se há-de voltar a pisar.
Caminhante não há caminho,
Somente sulcos no mar.
(Antônio Machado)

A secretária Graça Bispo coloca em entrevista a sua perspectiva acerca das ações do Mocambo Odara durante a implantação da disciplina, apresentando o primeiro desafio que surgiu no Núcleo, que foi o de posicionar o estudo sobre a História e Cultura afro-brasileira:

Nós vamos trabalhar como disciplina ou vamos trabalhar de forma interdisciplinar? Daí o movimento negro [Mocambo Odara] foi bastante importante, pontual, exigindo que fosse disciplina. Naquele momento, do ponto de vista pedagógico, se a gente trabalhasse de uma forma interdisciplinar, a gente daria uma abrangência maior do currículo; por outro lado, a gente não daria visibilidade à disciplina, porque ficaria como educação ambiental, é mais uma, um evento, uma atividade, mas, dificilmente os professores tratam de forma interdisciplinar. Então, precisava, e a discussão foi essa, que precisava estar como disciplina mesmo, e foi assim que a gente colocou no Decreto que seria. Estaria presente em todos os projetos, e poderia ser também, como disciplina. (BISPO, 2017).⁶

Podemos verificar na fala da então secretária Municipal, o Mocambo Odarapautando o Núcleo e o Poder Público Municipal, no que se refere à

⁶Entrevista concedida por BISPO, Maria das Graças Silva. Entrevista II. [maio 2017]. Entrevistador: Caio César Gonçalves de Souza. Jequié, 2018.

modalidade de aplicação deste conteúdo no currículo escolar; se como conteúdo transversal nas diversas disciplinas ou como uma disciplina efetivamente. Maria das Graças Rua (2009) destaca que, nestas situações de interesses diversos por setores sociais múltiplos, o exercício da política e suas negociações são importantes para desenvolver a compreensão de que as políticas públicas são resultantes da atividade política e que esta consiste na resolução pacífica de conflitos, processo essencial à preservação da vida em sociedade, e de decisões tomadas pelo poder público a partir de conflitos e de diferentes posições, mas que sempre sendo respeitadas as opiniões das maiorias, mas sem nunca deixar de contemplar, em certa medida, os anseios das minorias políticas participantes daquela construção coletiva.

Percebemos nesta e em diversas outras falas da Prof.^a. Graça Bispo e de outros entrevistados que as contribuições do Mocambo Odara se deram em múltiplos aspectos, tanto na pressão política para uma disciplina específica no currículo escolar, como em diálogos com setores sociais que precisavam de mais informações sobre a implantação da disciplina, como, também, pedagogicamente na discussão do conteúdo programático.

Na entrevista com uma das representantes do Mocambo Odara, ela se apresenta:

Sou Dionária da Silva Santos, 37 anos e etnia negra. No momento da implantação do Decreto, o meu papel era de articuladora política, políticas públicas no Mocambo Odara. (SILVA, 2017)

A ativista posiciona as representações do Mocambo Odara no Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, e em outros espaços que as mesmas puderam se posicionar sobre as formulações de políticas públicas no país e em Jequié:

Bom, a presença e participação do Mocambo Odara foi extremamente relevante, porque a gente já vinha fazendo a discussão há um bom tempo aqui, dessas questões negras no município e região. [...] E então, quando veio essa questão do Decreto, só veio somar, porque a gente levou certa experiência que a gente tinha nas discussões e além de ter essa afirmação de uma luta que a gente já vinha falando, discutindo. E naquele momento a gente via, que até certo ponto, de certa forma, uma parte de uma

concretização de algo mais concreto, transformado em Lei, em Decreto municipal. (SILVA, 2017)

Imagem 5



Fonte: Blog do Mocambo Odara. Acesso em agosto de 2018

Imagem 6



Fonte: Blog do Mocambo Odara. Acesso em setembro de 2018.

Nas imagens acima, visualizamos as edições do projeto Circular Afro dos anos de 2012 e 2013, atividades estas que foram realizadas num espaço

comunitário em Jequié. Representa mais uma vez o trabalho desenvolvido pelo Mocambo Odara e embasa a fala de Dionária Silva, acerca do papel desempenhado por este movimento negro no campo da ludicidade, do teatro, da educação e formação popular para as relações étnico-raciais na região daquele município.

Em uma das imagens (a primeira) podemos perceber a utilização das máscaras africanas na encenação teatral, apresentada por jovens, este que, possivelmente, pode ter tido seu primeiro contato com este artefato utilizados em luta, rituais religiosos, de cura, arte, iniciações, em guerra, entre outras circunstâncias, de grupos étnicos em África.

Outras atividades ratificam o papel que o Movimento desenvolveu naquele momento, tanto internamente no Núcleo em relação com a Secretaria Municipal, como nas escolas, os docentes, os pais/mães/responsáveis e com a comunidade jequieense em geral.

Dionária apresenta as ações do grupo como agente político desenvolvido no período de implantação, compreendendo que o movimento social exerce um papel político de diálogo, de convencimento, mas, também, em contribuição com a organização pedagógica dessa política pública:

Assim, a contribuição foi relevante porque a gente acabou, de certa forma, contribuindo muito para que as coisas fossem efetivadas por conta da nossa presença, pois a gente tinha uma presença. [...] Então assim, ter a nossa presença constante nos espaços, a gente estava sempre levantando aquela questão, contribuiu para que essas ações do Decreto se tornassem, fosse efetivado. Claro, corroborando com uma série de outras ações, de outras pessoas, de pessoas pensando a mesma causa, teve também. Na verdade, a gente contribuiu muito nesse sentido, uma vez que a gente estava ali enquanto Movimento Negro, movimento que discute as questões, que houve essa contribuição. [...] Então houve vontade, foi um momento de que havia vontade. E a nossa luta foi, teve uma força nesse sentido, porque juntou a presença efetividade do movimento, com a vontade do poder público de ver algo acontecer. (SILVA, 2017)

Ela continua a descrever as dificuldades e resistências que aconteceram e que, junto com o poder público e outros setores da sociedade civil, precisavam chegar a um entendimento mais consensual sobre esta questão:

[...] A gente teve, foi feito em vários momentos a resistência. A gente

teve muitas, foram muitas em relação a professores (parte de alguns professores), de pais de alunos, a família desses alunos. Então, de não ter essa compreensão a questão do racismo, do próprio preconceito. Porque ser algo de não conhecer, então quando ia trabalhar muitas questões quando falava a questão negra, aí iria trabalhar os aspectos culturais, da cultura, sempre tinha aquele olhar, como se fosse catequizar, mas a questão de estar trabalhando religião, é a religião africana na escola. E aí foi uma série de coisas absurdas. [...] Houve sim, claro, em vários setores de Jequié, houve essa resistência. E como de modo geral, em nível nacional houve esse debate, o porquê aquele questionamento todo, Jequié não foi diferente. (SILVA, 2017)

Podemos perceber, neste trecho da entrevista, como uma demanda reprimida historicamente, num dado espaço social, tem a capacidade de organizar os indivíduos marginalizados dos espaços de poder, a fim de pautar suas próprias questões, como de apresentar os anseios e demandas de seus povos e comunidades na vida cotidiana do Estado e da sociedade.

Contudo, não se pode deixar de destacar dentro deste âmbito, a questão da intolerância religiosa ou o racismo religioso apresentado por Dionária Silva.

O Brasil é um país onde há em sua Constituição a garantia da laicidade do Estado. Mas, com a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e africana na educação básica, a abordagem das religiões de matrizes africanas no currículo escolar, e apesar de significar uma importante conquista no campo do respeito às diversidades religiosas e étnico-raciais, esse desnudamento de preconceitos e discriminações causados pela obrigatoriedade da abordagem dos temas e a não utilização do mito da democracia racial e da vivência harmônica entre as religiões no Brasil, as discriminações tendem a crescer como refluxo ou reação de setores majoritários sociopolíticos e religiosamente. Até o momento que a sociedade compreender como salutar e natural, as diferentes manifestações religiosas existentes, por conta das diferenças étnico-raciais e culturais que fizeram parte da formação e composição deste país multicultural, multiétnico e multireligioso.

Imagem 7



Fonte: Blog do Mocambo Odara. Acesso em agosto de 2018.

Esta imagem retrata o Bloco Afro no Desfile de 25 de outubro, aniversário de Jequié, onde teve a participação do Mocambo Odara e membros de religiões de matrizes africana da cidade.

Como afirmou Dionária Silva em sua entrevista, as culturas não hegemônicas possuem suas religiões e elas fazem parte do arquétipo daquelas sociedades. Como deixar de trabalhar estas questões em sala de aula? Para isso, Caputo (2008) afirma que da mesma forma que se trabalha o catolicismo e protestantismo e suas contribuições em outras áreas da vida em sociedade, as religiões de matrizes africanas precisam ter suas representações, histórias, deuses, saberes e sagrados tratados como elementos culturais no ambiente escolar. Caputo (2008) diz ainda que o racismo, em muitos momentos, está disfarçado de intolerância religiosa ou racismo religioso.

Conforme Beniste (2006) os mecanismo legais para coibir a liberdade religiosa no país vem desde 1823, quando da primeira Constituição ainda no Império, quando em seu artigo 16 dizia que a religião Católica era a religião do Estado por excelência e a única mantida por ele. O Império passa a ter em 1831 seu primeiro Código Criminal e, em seu artigo 276, considerava como ofensa à religião oficial cultuar outros deuses, celebrar outros cultos e religiões que não fosse a do Estado.

“Após a Proclamação da República, em 1889, um Decreto presidencial determina a separação do Estado da religião Católica. Com as reformas constitucionais de 1891, 1926 e 1934 a liberdade de culto foi mantida” (MONSORES,

s/d, p. 07). Em tese, pois a violência, o preconceito e a discriminação contra aqueles/as que cultuavam outros deuses e professavam outra fé que não a cristã, continuavam acontecendo. Essa situação foi mais profunda para os participantes de religiões de matrizes africanas.

Com todos esses dispositivos oficiais, oriundos ou não das reivindicações e propostas diretamente oferecidas pelos movimentos negros ao longo dos últimos dois séculos, apontam a necessidade de diretrizes que orientem a formulação de projetos e programas que valorizem a história e cultura dos afro-brasileiros e africanos em nossos ambientes escolares e fora deles.

Dionária nos relata sobre a participação da Câmara Municipal de Jequié, com uma participação um pouco mais visível, de um representante, que era o presidente da Comissão de Raça e Gênero:

[...] Na questão da Câmara, a gente tinha uma proximidade, né, por nós acompanharmos muitas as discussões, a gente tava sempre presente ali. [...], então, mesmo por parte da Câmara teve também essa dificuldade; mesmo com isso, a gente conseguiu naquele momento a garantia da participação de membros da Câmara por um determinado período lá nessa comissão, no Núcleo. Então, a gente conseguiu de alguma forma também envolver esse debate também, claro que lá na Câmara não tava o debate presente, não, mas, essa pessoa, o vereador, ele tinha representação lá. Então, por dois momentos, se eu não tô enganada, houve representação da Câmara, porque a gente cobrou isso, a gente cobrou isso, essa participação; então conseguimos essa representação por parte da Comissão de Raça e Gênero (SILVA, 2017).

Fica nítido nesta fala que o Legislativo pouca importância dava para acompanhar a implantação desta disciplina, com exceção quando esse vereador, o Reges Silva, participava das reuniões do Núcleo de Estudos.

Daí nossos questionamentos: até que ponto uma demanda histórica como esta consegue ficar de fora da agenda de 11 vereadores (o número de vagas no período - 2006)? Como uma política pública desenvolvida por diversos setores sociais, até com a participação de organização religiosa cristã, passa quase que despercebido pelo Poder Legislativo local?

Para nos ajudar a entender como estas demandas surgem e como são trabalhadas, buscamos em Maria das Graças Rua (1998) a conceituação delas nas políticas públicas, em três modalidades: as demandas novas, as demandas

recorrentes e as demandas reprimidas:

As demandas novas são aquelas que resultam do surgimento de novos atores políticos ou de novos problemas. Novos atores são aqueles que já existiam antes, mas não eram organizados. Quando passam a se organizar para pressionar o sistema político, aparecem como novos atores políticos. Novos problemas, por sua vez, são problemas que ou não existiam efetivamente antes ou que existiam apenas como estados de coisas, pois não chegavam a pressionar o sistema e se apresentar como problemas políticos a exigirem solução. As demandas recorrentes são aquelas que expressam problemas não resolvidos ou mal resolvidos, e que estão sempre voltando a aparecer no debate político e na agenda governamental. [...] As demandas reprimidas são aquelas constituídas por 'estados de coisas' ou 'por não decisões'. (RUA, 1998, p. 03)

Podemos identificar a partir desta conceituação a participação de novos atores/atrizes políticos neste processo, que não necessariamente estavam em espaços institucionalizados na representação popular, como movimentos sociais, docentes, pais, entidades de classe, entre outras.

Ainda segundo Rua (1998), estas demandas reprimidas podem ir e voltar da agenda governamental. Quando percebemos a pouca participação de alguns setores do poder público, pode acontecer que a entrada, a saída e a baixa resolutividade que estas medidas podem ter em relação às demandas iniciais apresentadas por estes setores comunitários.

No caso do negro na sociedade brasileira e políticas específicas para as suas diversas demandas históricas, podemos vislumbrar a conceituação apresentada por Rua (1998) em suas três dimensões. Quando analisamos as demandas novas, a discriminação racial não aparece como algo novo, pelo contrário, é uma questão social há séculos, mas, os ativistas que se formam teoricamente e na prática cotidiana na defesa pelos direitos desta população, podem ser considerados como novos atores e atrizes nos espaços de decisão na esfera pública. O combate ao preconceito étnico-racial no Brasil se mostra algo sempre frágil e ineficiente. Disso podemos afirmar que as pautas negras representam estas demandas recorrentes, conceituada acima pela autora. Por fim, elencamos as demandas reprimidas, que são aquelas que podem ou não ser tratadas pelos poderes públicos, mas nunca se deu uma atenção devida e, pior, as políticas públicas pensadas para estes setores dificilmente tem execução minimamente consistente.

Fernando Andrade discorre abaixo ainda sobre esta participação:

Então, assim, o Mocambo ele teve uma participação efetiva na criação do Núcleo Diversidade Cultura africana e afro-brasileira, ele teve uma importância muito grande, porque enquanto movimento social foi o único movimento assim, que tinha fora no município de Jequié que era reconhecido; e que todos nós estávamos lá desde o início, construindo as políticas públicas dentro do município. Visto que a gente já tem uma bagagem grande, porque a gente fez toda a discussão da criação da Lei 10.639[...]. (ANDRADE; 2017).⁷

O nosso entrevistado trata da nomeação da coordenação do Núcleo de Estudos, como elemento de realce da importância do Mocambo Odara para a discussão étnico-racial no município:

A força do Mocambo foi tanta nesse período que nós conseguimos levar para a coordenação do Núcleo, uma militante do movimento negro Mocambo Odara, que foi Ivanildes Moura. Então, Vani já era professora do município, professora efetiva do município e com uma articulação bem feita nossa, do movimento negro, do ODEERE e de outros movimentos sociais, nós conseguimos naquele momento trazer Vani como a primeira coordenadora do Núcleo, lá na Secretaria de Educação. Então isso mostrou a força do movimento negro, mostrou a força dos movimentos organizados naquele período de discussão, de implementação do Decreto. (ANDRADE, 2017).

Podemos destacar neste trecho, a importância à pauta da educação que não somente o Mocambo Odara dispensou naquele momento, como a maioria do movimento negro o fez. Gomes (2017) nos mostra que estes movimentos escolheram a educação “devido ao fato de ser um direito social, arduamente conquistado pelos grupos não hegemônicos do Brasil e que durante muito tempo foi sistematicamente negado aos negros e às negras brasileiros.” Assim continua a autora:

Na luta pela superação desse quadro de negação de direitos e invisibilização da história e da presença de um coletivo étnico-racial que participou e participa ativamente da construção do país, o Movimento Negro, por meio de suas principais lideranças e das ações dos seus militantes, elegeu e destacou a educação como um

⁷Entrevista concedida por ANDRADE, Fernando da Silva. Entrevista III. [junho 2017]. Entrevistador: Caio César Gonçalves de Souza. Jequié, 2018.

importante espaço-tempo passível de intervenção e de emancipação social, mesmo em meio às ondas de regulação conservadora e da violência capitalista. (GOMES, 2017, p. 24-25)

Ou seja, Fernando Andrade exprime aquilo que Lino Gomes reforça acima, que o movimento negro exerceu um importante papel político, entre outros, quando negociou, dialogou, convenceu setores da sociedade civil e do poder público, para que este indicasse para coordenar o Núcleo de Estudos uma de seus quadros de outrora, por compreender que por séculos seus ascendentes foram a maioria entre os analfabetos, além de existir uma lenta inserção destes em espaços escolares oficiais, constituindo-se, assim, um dificultador importante para inserção dos negros no mercado de trabalho.

O entrevistado continua, agora apresentando a composição do Núcleo e apresenta os elementos que o caracterizou como um Conselho, porque

[...] se tinha um grupo bem representativo, que foi um representante de professores, um representante de diretores de escola, um representante do movimento negro, um representante da Câmara de Vereadores, um representante da UESB e, um representante da rede privada de ensino. Então a gente percebe o quanto foi plural a formação desse Núcleo. [...] Então isso permitia que a gente fizesse uma discussão bem ampla nas questões étnico racial dentro do município de Jequié. (ANDRADE, 2017)

Neste conjunto de representações, pode-se identificar os atores e atrizes imbuídos/as de um interesse, de certo pertencimento com uma política pública, por diversos olhares, como salienta Rua (1998). Existem diversos critérios, entretanto, o mais simples e eficaz é estabelecer quem pode ganhar ou perder com tal política, quem tem seus interesses diretamente afetados pelas decisões e ações que compõem a política em questão.

Assim observamos a composição do Núcleo de Estudos e percebemos certa diversidade na composição. Mas os/as atores e atrizes que se destacaram segundo relatos dos entrevistados, apontam para aquelas pessoas ligadas à discussão da pauta étnico-racial ou acadêmica/os da área. Por exemplo, Ivanildes Moura que foi ativista do Mocambo Odara e coordenou o Núcleo (no período de 2006 a 2008); Professora Graça Bispo, que, quando secretária, já tinha se aposentado da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, onde tratava destas temáticas em sua

militância acadêmica; e por fim, com os dois membros do Mocambo Odara que participaram de nossa pesquisa, Dionária Silva e Fernando Andrade.

Com isso, o Núcleo se tornou para estes,

um espaço permanente de discussão da educação e da diversidade cultural e étnico-racial. Então a gente tinha esse Núcleo como fórum permanente, porque ali estava tanto o poder público, como a sociedade civil organizada. [...] Então aquele espaço tornou-se um espaço democrático onde de fato a gente poderia estar discutindo os problemas locais de exclusão social, propondo políticas públicas municipais, políticas de cunho de ações afirmativas. Então esse espaço do Núcleo se tornou esse fórum permanente onde a gente pautava as nossas discussões ali, pensando no macro, que era a educação, que era a transformação da vida das pessoas através da Educação. (ANDRADE, 2017)

Decerto, apontar rumos, reivindicar melhorias educacionais ou em outros campos da sociedade para a inclusão de determinados povos ou comunidades, por meio de suas histórias, saberes e conhecimentos no âmbito da educação oficial, faz-se mais que necessário o acompanhamento da sociedade civil organizada que dialoga com aquele tema em especial, para que a intenção escrita num Decreto ou numa Lei, não seja apenas um intuito formal, seja algo aplicado no dia-a-dia da instituição que esta legislação pretende alterar seus rumos e diretrizes de funcionamento.

A rigor, uma decisão em política pública representa apenas um amontoado de intenções sobre a solução de um problema, expressas na forma de determinações legais, como diz Rua (1998). Decretos, Leis, Resoluções, nada disso por si só garante que a decisão se transforme em ato e que a demanda que deu origem ao processo seja efetivamente atendida. Mas, o que garante que uma decisão se transforme em ação em regimes democráticos, conforme afirma Rua (1998):

a efetiva resolução de todos os pontos de conflito envolvidos naquela política pública. Esta efetiva resolução não significa nada tecnicamente perfeito. Em lugar disto, significa aquilo que politicamente se considera uma boa decisão, uma decisão em relação a qual todos os atores envolvidos acreditem que saíram ganhando alguma coisa e nenhum ator envolvido acredite que saiu completamente prejudicado. (RUA, 1998, p. 13)

A professora Graça Bispo nos diz que no Núcleo de Estudos não houve

resistência, pois os membros que participavam das reuniões com frequência, tinham relação com a temática, já reconheciam a importância da educação municipal trabalhar a História e cultura da África e afro-brasileira. As resistências que ocorreram foram no âmbito de outros professores que não faziam parte daquele colegiado, organizações religiosas (principalmente de matriz protestante) e de pais e mães de estudantes.

Todas as resistências foram vencidas pelo diálogo e persistência dos representantes do movimento negro, de alguns componentes do Núcleo de Estudos e da própria secretária, no sentido de não retroceder quando apareciam críticas, reclamações e denúncias que os/as professores/as iriam trabalhar com elementos do candomblé nas escolas, como elemento pedagógico para o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e africana nas aulas mais diversas do currículo escolar. O papel desempenhado pelo Mocambo Odara para mostrar a real intenção desses conteúdos no currículo escolar reafirma o que Rua (1998) diz, quando a política pública é efetivada, quando os interessados podem ter acesso à participação em algum momento da implantação e implementação da política, dialogada com os pares envolvidos na formulação, com seus iguais interessados naquela política que não estão no espaço de formulação e decisão, e principalmente, se apresenta aos setores contrários, como mediadores de interesses.

Fernando Andrade diz abaixo como o Mocambo Odara se portou nesta tarefa mediadora e de disputa de ideias na sociedade:

Nós nos colocamos como um representante do movimento negro organizado de Jequié. Nós promovemos encontros, palestras, elaboração de documentos e pautas evidenciando as questões relacionadas com o anseio da população negra e o resgate da identidade. Reivindicando reconhecimento político e social da população negra e, a valorização do legado africano. Então foi isso, a gente conseguiu estabelecer uma relação de respeito pela nossa agenda, dentro do município de Jequié. [...] Assim a gente conseguiu desenvolver várias ações, principalmente nas comunidades periféricas, principalmente nesses espaços. Então com todas as ações, a gente conseguiu estabelecer um respeito perante as autoridades, perante a sociedade, a gente conseguia. Então, os espaços que a gente ocupava, a gente era respeitado pelo trabalho que nós desenvolvemos no município de Jequié. (ANDRADE, 2017)

Quando Fernando Andrade nos apresenta algumas das ações desenvolvidas

pelo grupo antes e durante o processo de implantação da disciplina e sua relação positiva com a comunidade, Gomes (2017) reforça a ideia de que

Estas ações destacadas são consideradas como constituintes da experiência social. Por isso, não são vistas como um mero rol de atividades, mas, sim, como conhecimentos e produtoras de conhecimentos. Parte-se da premissa que o Movimento Negro, assim como outros movimentos sociais, ao agir social e politicamente, reconstrói identidades, traz indagações, ressignifica e politiza conceitos sobre si mesmo e sobre a realidade social. (GOMES, 2017, p. 51)

Santos (2009) *apud* Gomes (2017) afirma que “toda experiência social produz conhecimento”. E foi esse conhecimento do campo acadêmico e científico, social, popular que fez com que existisse uma confiança da população representada pelo movimento negro nos espaços de decisão referente a estas pautas tão caras para um grupo social, que por séculos ficou de fora das tomadas de decisões acerca de suas próprias vidas e como as histórias de seus antepassados seriam passadas adiante.

Imagem 8



Fonte: Blog do Mocambo Odara. Acesso em setembro de 2018.

Edição de 2011 do Circular Afro, com a participação do Grupo de Capoeira do Colégio Quilombola Dr. Milton Santos, situado no Quilombo Urbano do Barro Preto.

Naquele ano teve o tema "Entendendo e conhecendo os Quilombos/Quilombos Urbanos".

3.1 OLHARES DE QUEM PARTICIPOU NO NÚCLEO DE ESTUDOS DURANTE A IMPLANTAÇÃO

Acionamos os sujeitos de pesquisa desta dissertação, são eles: a docente Graça Bispo, secretária de Educação municipal entre os anos de 2005-2008, quando foi a gestora da educação no período de implantação; Fernando da Silva Andrade, membro do Mocambo Odara e suplente do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana pelo movimento negro Mocambo Odara; Dionária Silva, que era a articuladora política do Mocambo Odara e representante titular deste movimento no Núcleo de Estudos no período de implantação da disciplina, além de ser graduanda em Pedagogia naquele período; e, Ivanildes Moura, pedagoga e coordenadora do Núcleo de Estudos no período de implantação da disciplina no currículo escolar.

Sobre as atividades e o papel que o Movimento desenvolveu naquele momento, tanto internamente no Núcleo como em relação com a Secretaria Municipal, com as escolas, os docentes, os pais e com a comunidade jequieense em geral, Dionária apresenta as ações do grupo como agente político desenvolvido no período de implantação, compreendendo que o movimento social exerce um papel político de diálogo, de convencimento e contribuição com a organização pedagógica dessa política pública.

O militante negro Fernando da Silva Andrade, também representante do Mocambo Odara no Núcleo de Estudos, destaca em sua fala o momento em que chegou na organização social. Isso ocorreu no ano de 2003, quando estava acontecendo a discussão da Lei Nº 10.639/2003. O mesmo apresentou acima como o movimento negro Mocambo Odara surgiu e como este participou da implementação e implantação desta política educacional.

O entrevistado elencou em outro momento a formação do Núcleo, tendo presente representações da UESB, Câmara Municipal, direção de escolas públicas e privadas, movimentos sociais, entre outras; destaca a importância desta pluralidade

para um debate rico e instigante acerca das relações étnico-racial no bojo da implantação da disciplina.

Ivanildes Moura apresenta como foi em sua percepção, a participação do Mocambo Odara nessa construção:

A participação que o Mocambo veio acompanhando o Núcleo foi justamente quando tivemos reuniões e tínhamos representantes de vários segmentos na cidade, movimentos sociais, e o Mocambo atuava junto na aprovação de material didático, de alguma atividade que precisávamos desenvolver na cidade e na questão de negociações com políticas públicas de ver realmente o que havia necessidade dentro do setor da Educação. (MOURA, 2017).⁸

Ivanildes chega no Núcleo e compreende que os diversos setores sociais ali presentes teriam diferentes funções e capacidades a contribuir. Ela ressalta que o Mocambo Odara além de contribuir com a discussão em torno do material didático, também desenvolveu diálogos com pessoas, grupos e setores que os mesmos representavam naquele espaço de decisão.

Continua Ivanildes apresentando seu olhar acerca do papel do Mocambo quando chega ao Núcleo:

Na verdade, o coordenador pedagógico... eu atuava como coordenador, e coordenador pedagógico é desenvolver o material didático. O papel do Mocambo na verdade era... era, mais uma visão mais política, de atividades que de fato resolvesse, discutisse as relações étnicas dentro da escola. Mas, os materiais desenvolvidos para as escolas cabiam ao coordenador pedagógico. (MOURA, 2017).

A partir dessa contribuição e reafirmação do compromisso e protagonismo desenvolvidos pelo movimento negro, acionamos Nilma Lino Gomes (2017) quando a mesma nos afirma que o movimento negro brasileiro desenvolveu um importante papel acerca da importância do negro e da negra quando as ciências ainda não os viam como produtores de conhecimentos, tecnologias, práticas, saberes e ciências.

As ciências humanas e sociais, ainda conforme Gomes (2017, p. 17), “foram pautadas pelos negros em movimento, quando expuseram por séculos, o racismo, a

⁸Entrevista concedida por MOURA, Ivanildes. Entrevista IV. [junho 2017]. Entrevistador: Caio César Gonçalves de Souza. Jequié, 2018.

discriminação racial, gênero, ações afirmativas, igualdade racial, africanidades, saúde da população negra”, entre outros aspectos. A educação das relações étnico-raciais, o racismo religioso contra aquelas de matrizes africanas, a violência institucional, questões quilombolas e antirracismo foram para o cerne das questões das discussões teóricas e epistemológicas das Ciências Humanas e Sociais indagando, inclusive, as produções das teorias raciais do século XIX disseminadas na teoria e no imaginário social e pedagógico de nossas sociedades.

A secretária de educação, Graça Bispo, afirma que o Mocambo Odara já tinha uma bandeira de luta empunhada na perspectiva da inclusão da história e cultura afro brasileira no currículo escolar. Continua afirmando que

a partir do momento que eles se inserem nessa discussão e a gente fortalece isso para comunidade [...] Então, é claro que foi importante e, principalmente que eles vinham mais das camadas populares e isso ajudou a criar esse reconhecimento, essa naturalidade, né, do processo, a gente conseguiu ter ações significativas nas escolas. (BISPO, 2017).

A secretária ressalta a relação daquele movimento com as pessoas que eles pretenderam representar, abrindo espaços em escolas e instituições religiosas, que possivelmente não teriam acesso sem alguns dos ‘seus’ fazendo parte daquele Núcleo.

Sobre esta relação, Gomes (2017) cita Marcos Cardoso (2002) quando este afirma que “o cotidiano da população negra é determinado pela estrutura do racismo na sociedade brasileira”. O movimento negro se utilizou da história para compreender a realidade social e política dos povos negros, e como se dava o racismo nas diversas instituições e espaços sociais no Brasil.

As pessoas nas periferias de Jequié e de outras cidades, após ter contato com as diversas atividades e formações realizadas pelo Mocambo Odara, ombream a este, no sentido de criticar a história como era contada de seus ancestrais, pela historiografia oficial.

O Mocambo Odara teve essa entrada ou abertura com setores sociais negros, por se mostrarem como parte dos grupos daquelas pessoas que por acaso queria a aplicação da Lei Nº 10.639 ou, até mesmo, dos que tinham dúvidas ou críticas

acerca da aplicação da disciplina em ambiente escolar.

A histórica negligência da reprodução da história, ciência, saberes e práticas, culturas e religiosidade dos povos africanos e seus descendentes nos ambientes escolares e acadêmicos, e a conseqüente debilidade na leitura crítica acerca da realidade brasileira faz com que o movimento negro se sinta na vanguarda das reivindicações sobre o tratamento adequado deste arcabouço epistemológico-negro em nossas escolas e Universidades.

A busca pelo tratamento digno, respeito pela diversidade étnica da questão racial e do povo negro no ambiente escolar, conforme nos aponta Gomes (2017), se esbarra numa certa morosidade dos entes federados do âmbito educacional em promover estas políticas públicas como universais e ir equacionando esta dívida histórica, faz com que os movimentos negros tomem a responsabilidade para si e, desenvolvam suas próprias ações educativas, formativas, com parceira ou não com setores públicos, para que as culturas, saberes e práticas não sejam ainda mais invisibilizados em nosso cotidiano.

3.2 AS RELAÇÕES ÉTNICAS E A IMPLANTAÇÃO DA DISCIPLINA

Busca-se nesta pesquisa realizar uma reflexão acerca dos direitos sociais da população negra, que por séculos foram negados; sobre a participação das demandas e olhares deste povo, no sistema escolar oficial brasileiro e como as relações étnicas se apresentaram no processo de implantação e implementação da disciplina escolar.

Cardoso de Oliveira (1976) *apud* Veras; De Brito (2012) nos auxilia na conceituação do objeto de estudo deste trabalho, quando afirma que a antropologia e seu interesse maior no nível coletivo da identidade, seguindo o princípio de Emile Durkheim, quando se refere o estudo do social pelo campo social, sendo, portanto, a identidade étnica uma forma de identidade social.

As discussões sobre identidade étnica estão no campo de estudos da etnicidade, área da antropologia que, juntamente com a ciência política e outras disciplinas da área de humanas, dominam os fenômenos de emergência do objeto de estudo aqui tratado. Aquela ciência analisa os processos atributivos e

designativos da identidade, os quais, de acordo com uma definição de Poutgnat e Streiff-Fenart (1999, p.17), consistem em examinar as modalidades segundo as quais uma visão de mundo 'étnica' é tornada pertinente para os atores.

Em sua obra sobre os critérios de identificação étnica, Carneiro da Cunha (1986) trabalha a idéia antropológica da identificação de um grupo étnico. Afirma que essa definição por muito tempo esteve sob o domínio da biologia, que a concebia com o critério racial, identificável biologicamente (aspectos físicos), herdado geneticamente.

Cunha (1986) apresenta que o conceito de cultura, como raça, só começou a ser superado no pós Segunda Guerra Mundial, cujas causas tinham como pressuposto a questão da pureza étnica. A partir daí, forma-se uma compreensão de grupo étnico como o critério da cultura, identificando um grupo com as suas representações simbólicas no cotidiano de suas sociedades. Entretanto, somente as expressões culturais são ineficazes para exercer uma relação mais estreita entre os indivíduos de uma dada etnia e sua ancestralidade, pois as expressões simbólicas são modificadas com o tempo, independente do querer ou não do grupo, principalmente com as relações interétnicas ativas.

A noção de construção sociopolítica está presente no desenvolvimento dos estudos antropológicos sobre identidade coletiva no formato do grupo se organizar, com o intuito de afirmar seus elementos identitários perante outras etnias em seu raio de interação.

Na obra Memória e identidade, Montes (1996) apresenta contribuições acerca da concepção de identidade:

[...] um processo de construção que não é compreensível fora da dinâmica que rege a vida de um grupo social em sua relação com os outros grupos distintos. Assim, percebemos que é impossível pensar a identidade como coisa, como permanência estética de algo que é sempre igual a si mesmo, seja nos indivíduos, seja nas sociedades e nas culturas. Ao contrário, é preciso pensar que, uma vez que as sociedades são dinâmicas e a vida social não está parada, também a identidade não é só uma coisa fixa, mas algo que resulta de um processo e de uma construção. E não podemos entender essa construção sem o contexto onde ela se dá (MONTES, 1996, p.56).

Max Weber, sociólogo alemão que concentra sua produção teórica no final do

século XIX e início do século XX, apresenta em Comunidades políticas (1991) como os grupos se organizam em comunidades étnicas, quando problematiza que os motivos apresentados se dariam pela consanguinidade e símbolos culturais comuns, além de ratificar a dimensão política na constituição e manutenção dos grupos étnicos. O mesmo afirma existir uma crença subjetiva numa origem comum, sendo assim, um elemento imprescindível para se ter uma comunhão étnica. Esse pertencimento comunitário se apresenta em articulações comunitárias étnicas com o intuito de se chegar a destinos políticos comuns. Ou seja, o agir político de um determinado grupo pode organizá-los melhor e estabelecer mais relação constitutiva deste, por esta ação, do que a procedência comum em si.

Carneiro da Cunha contribui na reflexão acerca “do desenvolvimento da noção do processo que envolve a identificação de grupos étnicos diferentes, se fazendo necessário dispor de símbolos inteligíveis a todos que compõem o sistema de interação.” (CUNHA, 1986, p. 94-95)

Os sinais diacríticos utilizados como ferramentas para diferenciar grupos étnicos dependem dos envolvidos e suas linguagens. Por exemplo, Cunha (1986) traz o exemplo dos princípios religiosos como forma de diferenciar estes grupos. Este fenômeno é percebido pela autora quando uma comunidade de brasileiros repatriados em Lagos, atual Nigéria, utiliza da religião Católica contrastando com a religião de outros grupos oriundos daquele espaço, dando-lhes uma característica de identidade exclusiva.

Questionando uma de nossas entrevistadas, Dionária Silva, sobre quais elementos constituíam o arcabouço de dificuldades e entraves de setores sociais para a implantação da Lei, ela nos aponta a religião como sendo uma delas, como afirma acima Carneiro da Cunha:

Sim, sim, sim, a gente teve, teve, foi feito vários momentos como falei, a resistência né, que a gente teve muito, foi muito em relação a professores, parte de alguns professores, de pais de alunos, a família desses alunos; então, de não ter essa compreensão a questão do racismo, do próprio preconceito, não, porque ser algo de no conhecer então, quando ia trabalhar muitas questões quando falava a questão negra, ia trabalhar os aspectos culturais, da cultura, sempre tinha aquele olhar, como se fosse catequizar (esse termo nem é adequado), mas, a questão de estar trabalhando religião né, é a religião africana na escola. E aí foi uma série de coisas absurdas (SILVA, 2017).

Imagem 9



Fonte: Blog do Mocambo Odara. Acesso em setembro de 2018.

Em referência ao que apontou acima a Dionária Silva, o Mocambo organizava em espaços escolares e não-escolares, atividades que se apresentassem a diversidade cultural e étnica presente em nossas escolas e comunidades. A imagem acima mostra o Grupo de Dança do Colégio Quilombola Dr. Milton Santos com vestes e adereços típicos de povos não-ocidentais, africanos e islamizados, em um evento do grupo negro.

Esses elementos ditos diacríticos são utilizados para diferenciar uma etnia de outra. Para que isso ocorra, em primeiro plano apresentam-se as diferenças existentes entre eu e você, nós e eles. A composição cultural, política, religiosa, entre outros aspectos, são utilizados em segundo plano, como elemento definidor do eu e o outro. Nesse bojo, a religião serve para estabelecer sua relação com o transcendental, mas, também, para afirmar um pertencimento a um determinado grupo e, em alguns casos, rejeição a outros.

Com esse último ponto, podemos apresentar um fragmento da entrevista de Ivanildes Moura (2017), quando apresenta o elemento religioso para corroborar com a não aceitação de implantação da disciplina:

[...] O preconceito não se desconstrói de um dia para o outro, né? Uma questão muito voltada para a formação, principalmente a formação religiosa de muitos professores. Por esse motivo, impediu algumas discussões (MOURA, 2017).

Algumas participações de organizações religiosas se deram no sentido de afirmar e contribuir com esta política; outras entraram na discussão para tratar como os/as filhos/as de integrantes de suas religiões teriam acesso a conhecimentos sobre a África e como se daria o trato das religiões de Matrizes africanas em sala de aula.

Um dos motivos para a dificuldade inicial da aplicação do Decreto municipal, gira em torno do racismo religioso⁹ presente em nossa sociedade. Os dados obtidos em campo mostram que a religião é o quesito mais difícil de ser implementado, tendo em vista o secular processo de satanização destas práticas religiosas não-europeizadas, e isso era naquele momento (ano de 2006) ainda mais reforçado que nos dias atuais.

A falta de materiais didáticos e paradidáticos que orientassem os/as docentes para melhor trabalhar com esta disciplina e estes conhecimentos interdisciplinares na escola acaba por não contribuir com a utilização destes conhecimentos para um processo de ressignificação e positivação de saberes e práticas contidas nos conhecimentos africanos e afro-brasileiros, que a Lei 10.639 pretende realizar.

Quando tratamos das relações étnico-raciais nas escolas e o papel dos livros didáticos neste processo de descolonização do saber escolar, buscamos referências no Plano Nacional do Livro Didático (PNLD):

[...] no PNLD definem que, quanto à construção de uma sociedade democrática, os livros didáticos deverão promover positivamente a imagem de afrodescendentes e, também, a cultura afro-temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da brasileira, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos. [...] os livros destinados a professores (as) e alunos (as) devem abordar a discriminação racial e violências correlatas, visando à construção de uma sociedade antirracista, justa e igualitária[...] (BRASIL, 2004, p. 24).

⁹Conceito formulado por Sueli Carneiro (2005). O racismo religioso, conceito que utilizo no texto, seria, então, parte da operação de um dispositivo de racialidade. Ao compreender mais sobre este termo, conseguiremos entender a importância de qualificar as violências contra as participantes de religiões de matrizes africanas com este termo e não mais como intolerância religiosa, como costumamos utilizar para referir a estes atos, discursos, políticas, etc. Ver mais em: CARNEIRO, Aparecida Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese de doutorado. Faculdade de Educação. USP. 2005.

Ivanildes Moura (2017) trata bem desta questão dos livros didáticos em sua passagem pela coordenação do Núcleo de Estudos

Às vezes alguns professores questionavam: e o material didático que eu não tenho? Mas o material didático estava na própria comunidade, e o próprio trabalho com as pessoas que conviviam: os artesãos, as pessoas que mantinham a tradição, o tipo de comida, o tipo de vestimenta. Tudo isso fazia parte do nosso estudo, de um olhar mais sensível e atento a essas situações. (MOURA, 2017).

A docente nos traz questões importantes ao debate, como os saberes e práticas tradicionais de povos e comunidades afrodescendentes, como possibilidades de instrumentalizar aquilo que as crianças e os adolescentes vivenciam em seus ambientes comuns, mas que em diversos momentos são subvalorizados.

Já em âmbito institucional, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana vem apontando a necessidade da confecção desses materiais, para apoio didático à prática docente e meio de um ensino-aprendizagem mais efetivo.

A partir disso, o desafio se torna construir estes materiais de uma forma que dialogue com a realidade dos estudantes, mas que sirva também para tratar de forma positiva as vivências daquele grupo étnico. A professora Ivanildes apresenta a necessidade de se construir esses materiais de forma respeitosa, apresentando a diversidade que compõe o arcabouço material e imaterial dos afrodescendentes.

Outro ponto tratado é a relação que a escola precisa construir com a família. Conceição (2016) nos diz que um trabalho em cooperação entre estas duas instituições pode facilitar o maior respeito à cultura africana e suas diversas manifestações. Até porque a religião é um dos aspectos que contribuem na formação da identidade do sujeito em idade escolar, pois, por meio dela, é possível promover uma interação reflexiva no processo de construção e reconstrução dos sentidos do mundo ao seu redor. Conceição (2016) parafraseando Boaventura de Souza Santos (2006) contribui com esta discussão, quando esta diz que é preciso descolonizar não apenas o olhar, mas, de igual modo, o currículo escolar.

Acredito que a regulamentação da Lei 10.639 em Jequié, juntamente com a

formação do Núcleo de Estudos ligado a Secretaria de Educação do município, formulações de materiais didáticos pelos próprios professores e agentes comunitários e políticos envolvidos no processo, pode ter realizado, de uma forma ou de outra, aquilo que Boaventura nos aponta acima.

As dificuldades para uma implementação mais eficaz do Decreto Municipal Nº 8.559/2006, naquele momento, três anos depois da promulgação da Lei 10.639, podem ser creditadas a dificuldades em diversos setores como já tratamos anteriormente. Contudo, o racismo se apresenta como um fator silencioso e muito eficaz no propósito de dificultar o avanço de uma política antirracista.

É preciso compreender e localizar a origem da dificuldade, como afirmou Conceição (2016) tendo em vista que a sociedade de uma forma geral compreende o homem branco como um ser superior. Com isso, todas suas práticas e saberes, acabam por determinar uma supremacia étnico-racial, marginalizando tudo que está à margem dos elementos socioculturais, políticos e religiosos que a cultura branca hegemônica produziu em séculos.

Em uma perspectiva diferente, temos outros profissionais da educação que pretendem mediar esta relação conflituosa, lançando mão de uma aplicação do Decreto de forma folclórica e pejorativa, as culturas já postas neste patamar por alguns setores de nossa sociedade. Podemos ter formação de grupos de dança, concurso de beleza negra, comidas e artesanatos relacionados às culturas africanas e afro-brasileiras, entre outras práticas que simplificam de uma forma uma imensidão de possibilidades que os povos de África e seus descendentes no Brasil, elaboraram e elaboram.

Como afirma a entrevistada Ivanildes Moura, em sua vivência como professora da rede municipal de ensino e coordenadora do Núcleo de Estudos, tinham setores da sociedade que pormenorizavam as possibilidades desta disciplina:

Agora aqui assim, a questão das relações étnicas, eu vejo como uma questão voltada muito para a identidade de cada um. É a proposta que se tinha do Núcleo, ao contrário do que os políticos querem, que há muita apresentação cultural para se ver lá no palco, eu me recusava muito ao propor dessa forma; que eu não vejo a cultura afro-brasileira como apresentação cultural pra divertir, promover ninguém. Essa cultura deve promover a própria cultura, com iniciativa da própria cultura. (MOURA, 2017).

Segundo o Plano Municipal de Educação de Jequié (2015-2025), construído (nove) anos após a promulgação do Decreto, alguns elementos que a professora Ivanildes Moura cita acima podem ainda estar sendo colocado em prática em nossas Escolas, conforme trecho do documento (JEQUIÉ, 2015, p. 147), ações para além de agregar em um mesmo espaço apresentações culturais como dança, música, amostras, exposição de artesanatos e apresentações diversas; também, atividades e práticas pedagógicas que de fato proporem reflexões e possíveis descobertas acerca da história e cultura das populações africana e afro-brasileira.

Contudo, podemos perceber um acúmulo teórico e preparo prático para compreender que somente atividades culturais e artísticas não dão conta de tratar das relações étnico-raciais no espaço educacional como se deve tratar.

Assim continua o Plano Municipal de Educação:

Entendemos que essas ações ainda não contemplam as demandas existentes, motivo pelo qual se tem buscado parcerias com instituições tais como UESB/Odeere, editoras e profissionais com formação específica no intuito de não só enriquecer o nosso trabalho, mas, acima de tudo, ampliar nosso conhecimento e empoderando a todos os sujeitos e atores da educação com informações relevantes. (JEQUIÉ, 2015, p. 147)

Já neste outro trecho do Plano, percebemos nitidamente a mudança na perspectiva das ações necessárias para tratar dos temas relacionados à disciplina, nas quais as ações baseiam-se em, além de oferecer informações, trabalhar no sentido de garantir condições dos/as docentes se conscientizarem de seu papel neste novo momento da educação para a diversidade no município. Experiência muito diferente daquela descrita pela coordenadora do Núcleo de Estudos, pelo menos em tese, acerca do método utilizado para desenvolver atividades transversais no currículo e na disciplina especificamente.

Conceição (2016) nos afirma que a cultura africana é muito mais complexa do que aquilo que por acaso podemos pensar, pois perpassam pelas tecnologias e métodos aprimorados na agricultura, medicina, ciências exatas, entre outras áreas. Portanto, o ensino da História e Cultura da África e dos afro-brasileiros precisa de uma sistematização dos conteúdos de uma forma mais honesta, real, equilibrada e positiva. Não se pode depender só da vontade de cada professor/a individualmente.

Em estar presente em um Plano educacional decenal, a formação docente, a necessidade de material didático e paradidático para melhor trabalhar a disciplina e os conhecimentos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira no ambiente escolar, acredito que a luta do movimento negro e dos docentes, que participaram daquele primeiro momento, já valeu a pena pois os conceitos já são outros, a forma de olhar a disciplina e aqueles conhecimentos e saberes oriundos dos povos africanos já estão presentes em planos, documentos e projetos educacionais.

Aponta-se aqui a contribuição da secretária de educação, que marca como se deram estas participações, partindo da formação inicial e continuada dos docentes, até chegar aos pais e em instituições sociais externas ao ambiente escolar:

Você tem que fazer [formação de professores], como era uma coisa nova, não era uma coisa muito difícil de trabalhar, mas, as próprias resistências, a gente tinha muitos professores nas escolas e eles têm muitas resistências, tínhamos professores evangélicos e eles tinham muita resistência, principalmente, com relação à questão da religiosidade (BISPO, 2017).

Podemos compreender nesta explanação as dificuldades de trabalhar a disciplina em diversas situações em sala de aula. Mas, quando se tenta tratar aspectos religiosos como parte significativa da vida cotidiana de africanos e afro-brasileiros, a situação em diversos momentos se mostra tensionada e difícil de ser trabalhada nesses ambientes.

Candau (2008) destaca que a educação está imersa nos processos culturais da conjuntura em que se localiza. Desta forma, a autora avança dizendo que não é possível conceber uma experiência pedagógica desculturalizada, ou seja, distante dos elementos culturais de uma dada sociedade. E assim visualizamos a dificuldade dos docentes em trabalhar a Lei 10.630 de 2003 de forma disciplinar e interdisciplinar, pois, a representação religiosa que acaba hegemonizando estes espaços, tem sua base na concepção judaico-cristã e qualquer elemento que dialogue com o sagrado e esteja num arquétipo no cristo tem sua aplicação, diálogo e formulação no ambiente escolar muita dificuldade de ser trabalhada de forma correta e ampla.

Então, assim, se eu falar da religião dos afro-descendentes, é falar do Candomblé, falar de macumba. Eles não conseguiram entender,

havia uma dificuldade muito grande. Assim, se você falar da Bíblia, se você falar da Igreja Católica, do Papa, não tem problema nenhum, normal. Mas, se a gente falar de uma crença de um grupo, de um Orixá, então passa a ser algo... Olha, eu não tô dizendo que algum deva praticar, eu estou dizendo que isso que existe, uma história e uma cultura de um povo que tem uma crença, não nessas entidades. (BISPO, 2017)

Tratando do caráter instrumental e político dos grupos étnicos, Steve Fenton (2003) cita Glazer e Moynihan para afirmar que o Estado é quem cria as categorias étnicas e os critérios de direitos e benefícios aos grupos étnicos emergentes, fazendo da etnicidade um instrumental político. Acrescenta Fenton que as ações do Estado na definição de grupos étnicos e na regulamentação de direitos, privilégios e proibições segundo linhas étnicas são, pelo menos, tão importantes como as relações entre indivíduos e coletividade segundo linhas étnicas (2003, p. 122). Sobre esta relação do Estado com a identidade étnica, Maybury-Lewis afirma que a etnicidade não é uma condição estável senão uma relação negociada entre um grupo e outros, entre estes grupos e o Estado (2003, p.14).

Sobre a relação do Estado e grupos étnicos no Brasil (na fase dada aos indígenas) Oliveira (1999) afirma que aquele mantém uma relação política estabelecida para identificar coletividades organizadas de forma distinta do restante da população nacional e lhes assegura direitos estabelecidos e administrados no âmbito da esfera estatal. Ao mesmo tempo em que o Estado busca resguardar os direitos desses grupos criando mecanismos de identificação e tutela, acaba sempre lidando com um fenômeno complexo que é a identidade étnica, devido ao seu caráter não empírico e ideológico.

Oliveira atesta a problemática de que

a descrição da formação de um território étnico é resultado de um conjunto de iniciativas de um aparato burocrático estatal (...) apenas narrados segundo a perspectiva dos atores não indígenas (em especial daqueles vinculados ao Estado). (OLIVEIRA, 2002, p. 277).

Ressaltando mais uma vez esta questão, aponta-se como o caráter subjetivo da identidade e suas variadas faces de manifestação fomentam os critérios de análises dos indivíduos sobre a efetivação de políticas públicas que dialogam com as identidades e as subjetividades dos sujeitos.

Montes (1996) em seu artigo que discute raça e identidade, onde emerge a

questão do significado de movimentos de grupos étnico-raciais estarem se organizando politicamente para afirmar, diante do grupo populacional que representam, uma identidade étnico-racial e reivindicar o reconhecimento de seus direitos, inclusive de ter suas histórias, ancestrais, divindades, saberes e conhecimentos respeitados pelo Estado e o conjunto da sociedade, demonstra a assertividade que o Mocambo Odara, entre outros movimentos sociais, tiveram quando já vinham discutindo e trabalhando os assuntos e temas recorrentes a diversidade étnico-racial existente no Brasil, apresentando ou reafirmando a riqueza e importância dos negros na formação social, cultural e política de nosso país.

Contudo, para esse entendimento sobre si e sobre os seus estarem assim tão latentes, faz-se necessário discutir até que ponto as identidades e as culturas mantêm seus elementos de origem, ou até que ponto estes são construídos socialmente e designados a determinados grupos. Stuart Hall, ao tratar das identidades e elementos culturais presentes na diáspora negra, reforça a crítica na essencialização dos elementos basilares, que segundo o autor

descontextualiza, pois des-historiciza a diferença, confunde o que é histórico e cultural com o que é natural, biológico e genético. No momento em que o significante “negro” é arrancado de seu encaixe histórico, cultural e político e é alojado em uma categoria racial biologicamente constituída, valorizamos, pela inversão, a própria base do racismo que estamos tentando desconstruir. (HALL, 2003, p. 342-346)

Outra importante contribuição nessa discussão vem novamente com Guimarães (1999), quando este afirma que a raça “é um conceito que denota tão-somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais”. Com isso, o autor aponta que raça existe como constructo social e não biológica.

Guimarães reforça com sua tese que a etnia contribui com a compreensão de que a problemática estudada dar-se pelo centro da cultura ampla, atravessando o mote do combate ao racismo e chegando à procura das produções materiais e imateriais destas populações.

Nesse campo de estudo, existe uma lacuna na legitimação oficial e social da base africana na cultura brasileira, que transpassa pela vertente da história sócio-

político e cultural dessa população e de sua relação com seus ancestrais em África.

Sendo assim, a homogeneização étnica forçada dos povos africanos em territórios ocidentais pelos não africanos, reforça o sentido que a articulação etnia e raça faz-se necessário e passa a ser uma relação também sócio histórica mais ampla e situada na multiplicidade étnica existente naquele continente, que as políticas públicas e o Estado precisam situar os descendentes dos/as africanos/as e os não descendentes, onde estão as contribuições desses grupos em nossas vidas cotidianas no Brasil. Além de cumprir um papel de evidenciar o distanciamento necessários dos biologismos de séculos passados para reforçar as diversas matrizes étnicas que o imaginário popular brasileiro não conseguiu construir de forma substancial, por conta de uma ciência positivista e eugênica.

Esse fator tem uma ratificação e adendo com a colocação de Munanga (2001) quando este afirma que a multiplicidade das etnias oriundas de África e sua complexa diversidade na existência atual brasileira leva à postura teórica de tratarmos de etnias e identidades negras, considerando como eixo destas os dispositivos de base africana, presentes em suas constituições.

As identidades se relacionam internamente para reforçar as similitudes intergrupo, mas também é utilizada para reforçar as diferenças existentes entre etnias ou grupos étnicos distintos.

Sodré (1999) demonstra abaixo o porquê de

Dizer identidade é designar um complexo relacional que liga o sujeito a um quadro contínuo de referências, constituído pela intersecção de sua história individual com a do grupo onde vive. Cada sujeito singular é parte de uma continuidade histórico-social, afetado pela integração num contexto global de carências naturais, psicossociais e de relações com outros indivíduos, vivos e mortos. A identidade de alguém, de um “si mesmo”, é sempre dada pelo reconhecimento do “outro”, ou seja, a representação que o classifica socialmente. (SODRÉ, 1999, p.34)

O autor emerge um contexto relacional simbólico, que centra sua dinâmica de constituição identitária em elementos da ancestralidade, quando estes se referem às ações concretas e objetivas, relacionando e afirmando as identidades dos outros sujeitos.

Ao mesmo tempo que se baseia na dinâmica de construção identitária em

referências ancestrais em elementos concretos, objetivos, ressalta-se a importância do reconhecimento social para a efetiva consolidação da identidade dos sujeitos.

E por fim, Stuart Hall (2003) apresenta que o caráter político-cultural-social e histórico das identidades perpassa e possui bases em relações de poder, de tensões entre o “eu” e o “outro”, conflitos de diversas naturezas, além das interações materiais e imateriais circundantes aos indivíduos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os povos sofridos do mundo
No meu peito desabrocham
Em força em revolta
Me empurram pra luta me comovem
Eu sou descendente de Zumbi
Zumbi é meu pai e meu guia
Eu trago quilombos e bravias dentro de mim
Eu trago os duros punhos cerrados
Cerrados como rochas
Floridos como jardins

(Carlos Assumpção)

Esta pesquisa dissertativa se apresentou a todo o momento com muitos desafios. Contudo, os elementos desvelados na pesquisa e elencados neste texto fazem-nos compreender como a educação e sua prática no ambiente escolar em todo o período de educação oficial no Brasil conseguiram marginalizar e excluir setores negros da sociedade dos bancos das escolas e universidades, além das contribuições nos campos do conhecimento sistematizado e científico.

Diversos aspectos foram elencados ao longo dessa dissertação e muitos deles contribuíram para sistematizar e elencar novas contribuições sociais, étnico-raciais, políticos e culturais das populações negras e suas representações na sociedade civil organizada, tais como: participação política institucional e nos movimentos sociais do povo negro; formação acadêmica e vivências necessárias e importantes a fim de contribuir para elaboração de materiais didáticos e paradidáticos; efetivação de cursos de formação cultural e política organizada pelos movimentos sociais negros para os seus pares, entre outros aspectos importantes que se evidenciaram nas narrativas apresentadas pelos sujeitos desta pesquisa.

No desenrolar da introdução e dos dois capítulos de análises de dados documental e entrevistas, com o suporte do referencial teórico-metodológico alçado

neste percurso, podemos destacar as contribuições orais apresentadas por dois membros do Movimento Negro Mocambo Odara, Dionária Silva e Fernando Andrade, da secretária de educação do município no período de 2004 a 2008, Graça Bispo e da docente e coordenadora do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Ivanildes Moura.

Apresentamos os resultados tomando como referência os aspectos relevantes que se descortinaram ao longo da investigação, principalmente, tendo como referência a fala dos diferentes colaboradores, objetos centrais da pesquisa.

Importantes contribuições políticas e pedagógicas do Mocambo Odara para a implantação da disciplina escolar, quando da participação da luta pela regulamentação da Lei Federal Nº 10.639 em Jequié, posteriormente com a formulação de uma política pública municipal apontando qual seria o caminho a ser percorrido pela secretaria municipal de Educação acerca da modalidade de trabalho dos conteúdos da história e cultura africana e afro-brasileira nas escolas do Município, além dos embates em outros âmbitos sociais que as entrevistas colocam à vista, quando questionados sobre a validade e necessidade deste ensino nas escolas, por discriminação étnico-racial e intolerância religiosa cometido por alguns setores da comunidade local.

Neste sentido, temos no Plano Municipal de Educação de Jequié para o período de 2015 a 2025, elaborado nove anos após o início da aplicação do Decreto Nº 5.889/2006, referenciando a importância da

Criação de políticas e ações que tratem de referenciais negros em bases concretas no sentido de assegurar à população de negros e negras do Brasil não apenas o sentimento de pertencimento da sua cor, da sua pele, suas raízes, mas sua história, cultura e ancestralidade e, acima de tudo, o respeito, o direito a ter direito, o conhecimentos da sua origem, da cultura afro brasileira e africana, assim como o reconhecimento da sua participação na construção da nação brasileira em todos os âmbitos e seguimentos sociopolítico, econômico e cultural que, no decorrer destes cinco séculos tem solidificado o Brasil enquanto nação e imprimindo aqui características e riquezas ímpares (JEQUIÉ, 2015, p. 146).

Pode-se constatar também a compreensão de um importante elemento nesta pesquisa, que é a identidade e o pertencimento étnico-racial dos membros do Núcleo de Estudos e de todos os órgãos públicos e organizações sociais envolvidos

nesta discussão. A contribuição foi de tal forma com a formulação desta política, inclusive para vencer as barreiras impostas pelas discriminações já elencadas. Foi de extrema relevância o entendimento de validade e importância de parte daqueles/as que enxergaram nesta disciplina e nestes conteúdos escolares uma forma de desvelar os preconceitos e discriminações, inicialmente, para após este primeiro momento apresentar para as crianças e adolescentes os sabores e os encantos contidos também nas histórias, experiências, saberes e práticas cotidianas de povos milenares, possuidores de tamanhas grandezas e contribuições em diversas áreas de conhecimento.

Os membros do Mocambo Odara e alguns outros professores envolvidos neste processo, consciente da necessidade de elucidar, preservar e repassar a ancestralidades étnico-raciais de parte significativa da população jequeense e nacional organizaram algumas frentes de trabalho com o intuito de fortalecer essa identidade étnica pois, entre as muitas identidades que o indivíduo pode possuir, esta é uma identidade que se assume na arena das lutas e mobilizações sociais por direitos, logo, é essencialmente uma identidade de luta e de resistência étnica e social importante.

Como apresentado nesta pesquisa, o movimento negro percorreu um longo trajeto marcado por continuidades e rupturas tanto com relação ao seu discurso, como no que diz respeito às suas reivindicações. Faz-se importante notar que essa caminhada foi revelando também um processo de compreensão do racismo à brasileira, contidas nas escolas, nos órgãos públicos em geral, nas famílias, nas religiões, em toda a sociedade. Mas como é à brasileira, ela se traveste de uma forma sutil no discurso, mas perverso e profundo na ação.

Destacamos também os desafios que ainda cercam as ações do Mocambo Odara e de diversas organizações sociais negras na busca pela promoção da igualdade étnico-racial. A história do movimento negro no Brasil revela estes desafios, continuidades e descontinuidades, algumas convergências e divergências de projetos e ações no passado e no presente. O movimento negro heterogêneo, plural, mas que, ao mesmo tempo, busca convergir para algumas bandeiras de lutas em comum, como as atuais políticas de ações afirmativas e de luta por uma educação antirracista, libertadora e emancipatória.

Para isso, será necessária a continuidade da desconstrução da democracia

racial, como discurso e narrativa elaborada no bojo da ideologia do branqueamento do século XIX e XX no Brasil, para que continuem os avanços políticos, sociais e culturais e uma melhora na explicitação das identidades étnico-raciais presentes no país.

Às próximas gerações, espera-se que encontrem uma sociedade que a partir do mote da equidade possam se sentir e ver inseridos em uma nação realmente justa. Nesse sentido, as ações afirmativas, conforme os dizeres de Boaventura de Sousa Santos (1996) dão a base e possuem engendradas em si o potencial para a construção de um processo educativo capaz de promover a emancipação e o fomento de subjetividades rebeldes e inconformistas, nos que se vem alijados do sistema, mas com ânsia de igualar-se e serem incluídos.

Os movimentos sociais negros contribuíram e contribuem com o avançar de uma sociedade menos racista e com mais direitos e oportunidades para todas e todos.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (orgs.). **O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos**. Editora Westview. 1997.

ANDRADE, Fernando da Silva. **Entrevista concedida a Caio César Gonçalves de Souza**. Jequié, 05 de junho de 2017.

AVRITZER, L. Cultura política, atores sociais e democratização uma crítica s teorias da trânsito para a democracia. In: AVRITZER, L. **A moralidade da democracia**. São Paulo/Belo Horizonte, Perspectiva/UFMG.-1996.

BERND, Zilá. **O que é Negritude**. São Paulo Brasiliense, 1988.

BISPO, Maria das Graças Silva. **Entrevista concedida a Caio César Gonçalves de Souza**. Jequié, 06 de maio de 2017.

BRASIL. Lei n 10.639, de 09 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n 9.394, de 2 de dezembro de 1996**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

_____. Lei Nº 12.288, de 2 de julho de 2010. **Estatuto da Igualdade Racial**. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm><http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso em 22 out 2016.

_____. Lei Nº 12.711, de 2 de agosto de 2012. **Reserva de Vagas Em Universidades Federais**. Disponível em:<https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm> Acesso em: 21 out 2016.

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africanas**. Brasília Secad/MEC, 2004.

_____. Senado Federal. Lei nº 9394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília. 1996.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: **Multiculturalismo, diferenças culturais e práticas pedagógicas**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 13-37.

CAPUTO, Stela Guedes. **Avanços Conservadores na Educação Pública, O Ensino Religioso e os Livros Didáticos Católicos**. Rio de Janeiro. 2008.

CASHMORE, Ellis. **Dicionário de relações étnicas e raciais**. Ellis Cashmore com

Michael Banton...[et al.]. Tradução: Dinah Klevej. São Paulo: Summus, 2000.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

CONCEIÇÃO, Joanice Santos. Quando o assunto é sobre religiões de matriz africana: Lei 10.639/2003. **Revista da FAEEDBA**. Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 113-126, jan./abr. 2016.

COSTA, Sérgio. Movimentos sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. **Revista brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 12, nº 35. São Paulo, 1997.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento da Negritude: uma breve reconstrução histórica. Mediações: **Revista de Ciências Sociais**. Londrina, v. 10, n.1, p. 25-40, jan.-jun. 2005.

_____. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo** [online]. 2007, vol.12, n.23, pp.100-122. ISSN 1413-7704.

DUARTE, R. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR.

FUKS, M. **Arenas de ação e debates públicos, conflitos ambientais e a emergência do meio ambiente enquanto problema social no Rio de Janeiro (1985-1992)**. Rio de Janeiro: Irih Contas. 1999.

GOMES, N. Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. 2004. Disponível em: ><http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Alguns-termos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>> Acesso em: 07 jun 2016

_____. **Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03**. 2011. Disponível em: <<http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011>><http://antigo.acordacultura.org.br/artigo-25-08-2011#>> Acesso em 23 ago 2017.

GOHN, M. da Glória. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Minas Gerais, v.16, n. 47, p. 333-351, maio/ago. 2011.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Classes, raças e democracia**. São Paulo. Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo. Ed. 34. 2002. p. 169-195.

_____. Acesso de negros às Universidades Públicas. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003 Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, março/ 2003.

_____. Depois da democracia racial. **Dossiê Sociologia da desigualdade**. Tempo soc. vol.18 n. 2 São Paulo Nov. 2006.

HALL, S. **Da diáspora identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte. Ed. UFMG; Brasília, DFUNESCO no Brasil, 2003.

HENRIQUES, R. **Desigualdade Racial no Brasil**: Evolução das Condições de Vida na Década de 90. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. 2001.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro: Suplemento, 2002. p.57-65.

JEQUIÉ, Prefeitura Municipal de. Decreto N 8.559 de 2006. **Institui o Programa Municipal de Educação para Diversidade Cultural e Étnico-Racial no município de Jequié**.

_____. **Plano Municipal de Educação de Jequié**. Período: 2015-2025.

LOPES, Robson da Silva. **O movimento negro no Brasil: lutas e conquistas em prol de uma sociedade equânime**. Curso de Pós- Graduação em História da Cultura Afro- Brasileira. FANAN - Faculdade de Nanuque. 2014.

MAGGIE, Y. Os novos bacharéis: A experiência do pré-vestibular para negros e carentes. **Novos Estudos CEBRAP**, 2001. p. 59:193-202.

MONSORES, Luciana Helena. **Os desafios do multiculturalismo no cotidiano escolar**: o racismo e a discriminação contra a cultura negra e religiões de matrizes africanas. Disponível em:
<http://editorarealize.com.br/revistas/fiped/trabalhos/Trabalho_Comunicacao_oral_idi_nscrito_1976_3cc2cd0edcbad64cd0b007c3324370d7.pdf> Acesso em 12 ago 2018.

MOURA, Ivanildes. **Entrevista concedida a Caio César Gonçalves de Souza**. Jequié, 18 de junho de 2017.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. (Org.); DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa socioteórica, método e criatividade**. 33. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

MONTES, Maria Lúcia. Raça e Identidade entre o espelho, a invenção e a ideologia. In: SCHWARCZ, L. M. QUEIROZ, Renato Silva (Orgs.). **Raça e Diversidade**. São Paulo: EDUSP, 1996.

MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. Brasília-DF. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro das denúncias do racismo: prática de políticas públicas. **Revista Sociedade e Política**, nº 05. 2004.

PEREIRA, Amilcar Araujo. Por uma autêntica democracia racial: os movimentos negros nas escolas e nos currículos de história. **Revista História Hoje**, São Paulo v. 1, n 1, p. 111-128, jan a jul. 2012.

_____. **Movimento negro contemporâneo, memória e educação:** aspectos da luta anti-racista na segunda metade do século XX. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal/RN. 2013.

REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio história dos quilombos no Brasil**. 1 Ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

RODRIGUES, Tatiane Cosentino. **Movimento negro, raça e política educacional**. GT: Afro-Brasileiros e Educação / n.21. Agência Financiadora: Ação Educativa - Fundação Ford. 2005.

RUA, M. das Graças. Análise de Política Públicas: Conceitos Básicos. In: RUA, Maria das Graças; Maria Carvalho. (Org.). **O Estudo da Política:** Tópicos Selecionados. Brasília: Paralelo 15, 1998.

_____. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC, 2009. p. 130.

SAES, Décio. **A formação do estado burguês no Brasil (1881-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

SANTOS, B.S. Por uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L.H. et al. (Orgs.). **Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais**. Porto Alegre: Editora Sulina, 1996. p.15-33.

SANTOS, Sônia Querino dos e; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. **Políticas públicas educacionais:** antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. Ensaio avaliação política pública. Educ.-vol.16-n 58.-Rio de Janeiro.- Jan./Mar.-2008.

SANTOS, Renato Ferreira e; MARQUES, Ana José dos. **Diversidade étnico-racial:** conceitos e reflexões na escola. XV Encontro Regional de História. ANPUH Rio Ofício do Historiador: Ensino e Pesquisa. 2012.

SILVA, Dionaria da. **Entrevista concedida a Caio César Gonçalves de Souza**, 1 de abril de 2017.

_____. **Movimento Negro Mocambo Odara**. Disponível em <<http://mocamboodara.blogspot.com.br/2016/04/movimento-negro-mocambo-odara.html>>. Acesso em: 03 jun 2016.

SILVA, José Carlos Gomes. **Cultura afro-brasileira e patrimônios culturais**

africanos nos currículos escolares: breve memória de lutas por uma educação inclusiva. Texto apresentado no SEMINÁRIO RACISMO E EDUCAÇÃO II, nov. 2006, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG, 2006.

SILVA, Mozart Linhares da e; TRAPP, Rafael Petry. **Revista Jovem Pesquisador**, Santa Cruz do Sul. v. 1, p. 89-98, 2010.

TRIVIOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

NOTAS

¹ Implantação do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e de Gênero pelo Decreto Municipal N 8.559/06, que institui o Programa Municipal de Educação para Diversidade Cultural e Etnicorracial, no Município de Jequié;

² BONAVIDES, Paulo. Ciência Política.-10 ed., São Paulo: Malheiros, 2003. pg., 426.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA - UESB PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM NÍVEL DE MESTRADO EM RELAÇÕES ÉTNICAS E CONTEMPORANEIDADE – PPGREC

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Sr./Sra. está sendo convidado(a) a participar, como voluntário(a), da pesquisa intitulada “OMocambo Odara e o processo de implantação do decreto nº 8.559/2006, que trata da disciplina “História e Cultura Afrodescendentes”, no Município de Jequié.” Meu nome é Caio César Gonçalves de Souza, sou o pesquisador responsável e minha área de atuação é nas Ciências Sociais, como enfoque nos estudos das relações étnicas raciais. Após receber os esclarecimentos e as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está impresso em duas vias, sendo que uma delas é sua e a outra pertence ao pesquisador. Elucido que em caso de recusa na participação você não será penalizado(a) de forma alguma. Mas se aceitar participar, as dúvidas sobre a pesquisapoderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável, via e-mail caiocesarfelix3@yahoo.com.br. Ao persistirem as dúvidas sobre os seus direitoscomo participante desta pesquisa, você também poderá fazer contato com o **Comitê de Ética em Pesquisa** da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no referido endereço: Av. José Moreira Sobrinho, S/N, Jequiezinho, Jequié/BA. CEP: 45.206-510. Fone: (73) 3528-9727. Email: cepuesb.jq@gmail.com ou cepjq@uesb.edu.br. O CEP/UESB funciona de segunda a sexta-feira, de 08h às 12h e 14h às 18h.

1. Informações sobre a Pesquisa:

Como título temos, “O Mocambo Odara e o processo de implantação do decreto nº 8.559/2006, que trata da disciplina “História e Cultura Afrodescendentes”, no Município de Jequié, Bahia.” O objetivo geral versa sobre a Investigação do papel do movimento negro no processo de consolidação do decreto nº 8.559/2006 no município de Jequié. Já os objetivos específicos, são: a) analisar a atuação do Movimento Negro Mocambo Odara, durante os momentos de implantação, implementação e avaliação desta política pública na educação municipal em Jequié e, b) como se dão as relações étnicas durante o processo de implementação do Decreto nº 8.559/2006 no Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, entre os anos de 2006 a 2012?

Os procedimentos de pesquisa que utilizaremos estão calcados no método qualitativo, com duas técnicas abaixo descritas, que poderão viabilizar os objetivos pretendidos. São:

a) Pesquisa Documental - análise documental do Decreto Municipal nº 5.889/2006; atas de reuniões do Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, ligado à Secretaria Municipal de Educação e, resolução do Conselho Municipal de Educação que regulamentou o decreto acima referido.

b) Entrevistas semiestruturadas – serão realizadas a partir de um roteiro planejado, tendo seis sujeitos de pesquisa, que acompanharam as ações de implantação e implementação do decreto municipal, entre os anos 2005 e 2012. Serão pessoas pertencentes ao Mocambo Odara, Secretaria Municipal de Educação e Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Na última fase, analisaremos e trataremos o material empírico e documental, caracterizando pela ordenação, classificação e análise dos dados, tanto de cunho documental, como a partir das entrevistas, e por fim, análise e elaboração da redação final da dissertação.

Garantimos o sigilo que assegure a privacidade e o anonimato dos/as participante/s. Do contrário, faz-se imprescindível esclarecer também que haverá a divulgação do nome do/a participante quando for de interesse do/a mesmo/a ou não houver objeção. Não permitido a identificação pelo nome oficial, utilizaremos na redação da dissertação, codinomes que garantirão a anonimato do/a entrevistado/a:

() Permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa;

() Não permito a minha identificação nos resultados publicados da pesquisa.

Garantimos de forma expressa, a liberdade do/a participante de se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Da mesma forma, estar garantido a liberdade do/a participante de se recusar a responder questões que lhe causem constrangimento em entrevistas e questionários.

1.2 Riscos e benefícios:

Apresenta-se como riscos da pesquisa, possíveis indagações que poderão trazer desconforto para a/o participante, sendo facultado a este/a, responder ao(s) questionamento(s) realizados pelo pesquisador ou não. Esta entrevista durará no mínimo, sessenta minutos.

Como benefícios, apresentaremos a produção de conhecimento científico acerca das relações étnicos-raciais no período de implantação do Decreto de nº 8.559/2006 em Jequié; também a execução de um levantamento histórico, político e social da Organização do movimento negro, Mocambo Odara.

1.3 Consentimento da Participação na Pesquisa:

Eu....., inscrito(a) sob o RG, abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado “OMocambo Odara e o processo de implantação do Decreto nº 8.559/2006, que trata da disciplina “História e Cultura Afrodescendentes”. Informo ter mais de 18 anos de idade e destaco que minha participação nesta pesquisa é de caráter voluntário. Fui devidamente informado(a) e esclarecido(a) pelo pesquisador responsável Caio César Gonçalves de Souza sobre a pesquisa, os procedimentos e métodos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a

qualquer penalidade. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito.

Jequié, 01 de abril de 2017

Assinatura por extenso da(o) participante

Caio César Gonçalves de Souza

Pesquisador responsável

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1) Por favor, seu nome completo idade, etnia e função que exercia no período de implantação do Decreto Nº 8.559 de 2006?

- 2) Dionária, pelo papel que você desempenhou no momento da implantação do decreto, poderia descrever, por favor, a função, o papel que desenvolveu os militantes do Mocambo Odara e as militantes do Mocambo Odara dentro do Núcleo de Estudos afro-brasileiros, que é um órgão ligado à Secretaria Municipal educação município de Jequié?

- 3) Como se deram as relações étnico-raciais durante o processo de implementação do Decreto nº 8.559/2006 no Núcleo de Estudos sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, durante o período que a senhora participou do Mocambo Odara?

- 4) Como o Mocambo Odara internamente se organizou para pesquisar, discutir, formular e socializar idéias e questionamentos ao Núcleo de estudos sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana, acerca do tema do Decreto Municipal?*

*Questionamento realizado somente para os dois representantes do Movimento Negro Mocambo Odara.